

marisa

DEMONSTRAÇÕES
&
FINANCEIRAS ANUAIS

2024





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

APRESENTAÇÃO

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Marisa Lojas S.A. apresenta o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Este relatório é complementar às Demonstrações Financeiras da Companhia, que estão de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



A Marisa, conhecida pelo slogan “De Mulher para Mulher”, se reinventou em 2024 e consolidou-se como o destino de compras da mulher brasileira da classe C. Mais conectados do que nunca às suas necessidades e às de sua família, passamos a oferecer produtos mais versáteis, de qualidade, e a preços mais acessíveis, em lojas comercialmente atrativas, apresentando um *layout* moderno e funcional, garantindo uma experiência de compra prática, agradável e inspiradora.

Os períodos mais desafiadores do passado serviram como catalisadores para mudanças estratégicas que proporcionaram um crescimento significativo no desempenho financeiro e na eficiência operacional em 2024.

Enfrentamos os desafios como oportunidades de evolução. Para isso, redefinimos nosso foco, normalizamos o abastecimento, aprimoramos a comunicação e elevamos a experiência de compra de nossas clientes, fortalecendo nossa operação. O resultado é uma Marisa mais rentável e preparada para um crescimento sustentável.

No quarto trimestre de 2024, celebramos um marco transformador: o retorno à lucratividade, consolidando os resultados de uma reestruturação bem-sucedida e um novo momento para a Marisa. O EBITDA Ajustado Consolidado registrou forte evolução. Atingimos R\$ 120,2 milhões,



com margem de 26%, representando um salto de R\$ 175,5 milhões em relação ao EBITDA negativo do 4T23. Esse crescimento significativo demonstra a eficiência comercial, evidenciada pelo aumento de 13% da Receita Líquida, e a eficiência operacional, refletida na maior diluição das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas, cuja participação na Receita Líquida Consolidada reduziu em 18 pontos percentuais em relação ao 4T23. Voltamos, depois de 12 trimestres, a registrar Lucro Líquido que somou R\$ 5,8 milhões no 4T24, comparado ao Prejuízo Líquido de R\$ 112,0 milhões registrado no 4T23.

Apresentamos uma redução significativa em nossa dívida líquida, que totalizou R\$ 29,7 milhões no encerramento de 2024, resultando no Índice Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado Anual de 0,2x. Dessa forma, podemos afirmar que a Marisa está financeiramente sólida e com alta capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

Esses resultados são muito significativos porque comprovam a eficácia das estratégias que adotamos e reafirmam nosso compromisso com a geração de valor para os nossos acionistas.

Listamos a seguir as principais iniciativas que empreendemos em 2024 e que nos tornaram mais competitivos no varejo de moda popular:

REDEFINIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Retomamos o foco da Marisa nas mulheres da classe C, oferecendo produtos versáteis e com preços ajustados ao poder aquisitivo desse segmento social. Concedemos crédito, através do Cartão Marisa, proveniente da parceria com a Credsystem. Todo esse movimento marcou a volta ao nosso DNA, fortalecendo nosso posicionamento no varejo de moda popular.

NORMALIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Implementamos um programa de renegociação de dívidas com fornecedores e quitamos nossos compromissos em 2024. A iniciativa restaurou a confiança na cadeia de suprimentos, normalizando o abastecimento das lojas e recompondo estoques com produtos alinhados às necessidades do nosso público-alvo. A estratégia de reposicionamento na pirâmide de preços exigiu um aumento no volume de fornecimento, o que levou à necessidade de expandir a base de fornecedores.

AJUSTE NO SORTIMENTO DE PRODUTOS E PREÇOS

Ampliamos o portfólio de produtos, com destaque para os segmentos Infantil e Masculino, cujas vendas expandiram no segundo semestre de 2024. Essa ampliação fortaleceu a proposta de valor da marca, permitindo que as consumidoras encontrem soluções para toda a família em um único local. Com isso, conquistamos maior participação nos carrinhos de compras e fortalecemos nosso relacionamento com as mães.

NOVO LAYOUT DE LOJAS E VISUAL MERCHANDISING

Reformulamos o *layout* de todas as lojas para criar espaços de compras mais estruturados e atrativos. No *Visual Merchandising*, aprimoramos as vitrines para valorizar as nossas ofertas e reposicionamos a categoria Infantil na entrada das lojas, tornando-a mais visível e atraente para as clientes. O resultado foi o aumento de novas clientes e de clientes resgatadas nos meses do 4T24: de outubro a dezembro, a quantidade de novas clientes aumentou 102%, e a de clientes resgatadas, 34%.



COMUNICAÇÃO IMPACTANTE E ENGAJAMENTO CRESCENTE

Desenvolvemos uma comunicação impactante com uma mensagem clara para mostrar ao mercado nosso novo posicionamento. No segundo semestre, retomamos as campanhas de comunicação, alavancando o reconhecimento da marca. O destaque foi a volta da icônica “Liquidação da Banana”. O impacto foi imediato: aumento expressivo no engajamento das consumidoras, crescimento nas vendas e a validação da nova estratégia de negócios. Além dessa campanha de grande sucesso, outras foram veiculadas em datas-chave como o Dia dos Pais, Dia das Crianças, Black Friday e Natal, todas contribuindo para aumentar as vendas.

IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO E ABASTECIMENTO

Com a revisão da nossa árvore mercadológica e sortimento de produtos, ampliamos o portfólio oferecido para nossas clientes. O novo modelo de Planejamento e Abastecimento permitiu melhorar nossa operação logística e garantir um abastecimento mais assertivo.



AGILIZAÇÃO DA JORNADA DE COMPRAS

Investimos em soluções como o **Clique e Retire** e o **Ship from Store** que contribuíram para tornar a jornada de compras de nossas clientes mais fácil e ágil. A estratégia *omnichannel* aprimorou a experiência de compra, aumentando a fidelização das consumidoras.

OFERTA DE PRODUTOS FINANCEIROS NAS LOJAS

A parceria da M Serviços com a Credsystem intensificou a oferta do Cartão Marisa, aumentando o crédito disponível para consumo nas lojas do Grupo, o que contribuiu para reforçar a fidelização de clientes.

CAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA

Recebemos um aporte de aproximadamente R\$ 622 milhões dos nossos acionistas, permitindo o fortalecimento do capital de giro para a quitação de dívidas com fornecedores e a implementação das estratégias de novo *layout* e *mix* de produtos, dentre outras iniciativas.

PROGRESSO NAS AÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Por meio de uma abordagem estruturada, implementamos práticas que valorizaram a inclusão, a diversidade, a gestão sustentável e a transparência em nossas operações. Em Governança, nossa administração passou a contar com maior especialização por meio da participação de dois novos membros no Conselho de Administração, ambos com vasta experiência em consumo e varejo. O novo CEO, Edson Garcia, e o CFO, Adilvo de Souza Jr., se uniram à direção da Marisa em 2024, trazendo, respectivamente, uma sólida trajetória no varejo de moda e experiência na área financeira.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa gratidão aos fornecedores, que acreditaram em nossa recuperação e se uniram na reconstrução de uma operação mais eficiente. Agradecemos também às clientes, razão de existirmos. Aos colaboradores, que com dedicação e resiliência foram essenciais para a execução de cada estratégia, nosso reconhecimento e apreço. Aos acionistas e parceiros financeiros, que apostaram na capacidade de recuperação da Empresa, reafirmamos o compromisso com um crescimento sólido e rentável. Por fim, a todos os *stakeholders* que apoiaram e confiaram na Marisa, nosso sincero agradecimento. Seguimos mais fortes e preparados para um ciclo virtuoso de crescimento e prosperidade.

EDSON SALLES ABUCHAIM GARCIA
DIRETOR PRESIDENTE



PERSPECTIVA

O ano de 2025 se apresenta como um período de expansão e conexão emocional ainda mais forte com nossas clientes. O desafio do Marketing será aprofundar esse vínculo, especialmente com as mulheres mais jovens, muitas delas mães. Numa perspectiva de curto/médio prazos pretendemos destinar recursos para otimizar nossas operações e aprimorar a experiência de compra das consumidoras. Queremos aumentar ainda mais nossa eficiência em custos trazendo, assim, um aumento das nossas margens, por meio de negociações estratégicas com nossos parceiros, e também uma previsão de demanda e abastecimento mais assertivas para nossas lojas. Capacitaremos nossos colaboradores e ampliaremos a oferta de novas categorias de produtos. Estamos conscientes dos desafios que ainda estarão presentes, porém mais fortalecidos e convictos quanto à nossa capacidade de competir e gerar valor aos nossos acionistas.

A MARISA

Somos muito mais do que uma das maiores redes de moda feminina do Brasil. Mais do que vestir, fortalecemos a autoestima da mulher brasileira de todas as gerações, especialmente as da classe C. Com o icônico slogan “De Mulher para Mulher”, estamos sempre presentes na vida das consumidoras, vestindo-as com produtos que combinam com seu estilo de vida e com seus sonhos.

Com uma trajetória marcada pela proximidade com nossas clientes, seguimos sempre atentos às novas demandas do mercado, reforçando a missão de levar moda versátil, de qualidade e com preços acessíveis. Além das roupas e acessórios femininos, também cuidamos do estilo de toda a família, com opções para o público masculino e infantil.

Fomos fundados em 1948 por Bernardo Goldfarb e desde então crescemos e nos tornamos uma plataforma de consumo popular entre as brasileiras, expandindo rapidamente pelo país. Hoje, estamos presentes em todas as regiões do Brasil, com 234 lojas localizadas em ruas e shopping centers.

Sempre à frente do tempo, fomos pioneiros no comércio eletrônico de moda no Brasil, lançando, em 1999, a “Marisa Virtual”, ecossistema de vendas online. Desde então, investimos constantemente em soluções como o “Clique e Retire”, que permite comprar online e retirar na loja de preferência, e o *Ship from Store*, que envia as mercadorias adquiridas diretamente das lojas.

Mas não pensamos somente em vestir bem a mulher brasileira. Nos preocupamos, também, com o seu bem-estar financeiro. Sempre comprometidos em atender às suas necessidades com praticidade e segurança, oferecemos o Cartão Marisa, em parceria com a Credsystem, que facilita o acesso ao crédito para consumo nas lojas do Grupo.



NOSSO JEITO ROSA DE SER

PROPÓSITO

Fortalecer a autoestima da mulher

MISSÃO

Ser próxima e íntima da mulher e dar acesso a uma moda de qualidade como e onde ela quiser.

ASPIRAÇÃO

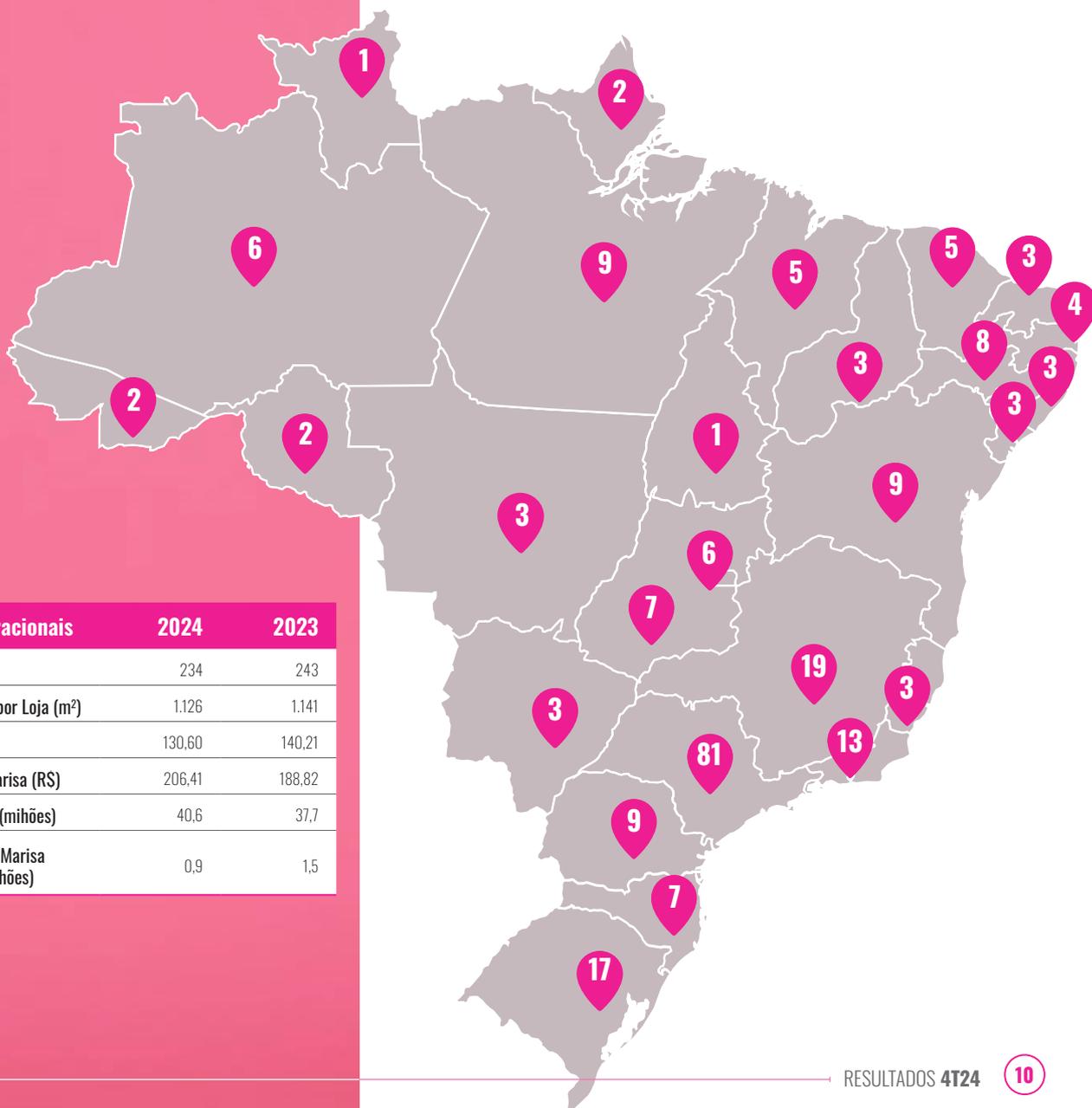
Ser a plataforma da mulher

DIRETORIA

Edson Salles Abuchaim Garcia	Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Adilvo Alves de Souza Junior	Diretor Executivo de Finanças
André Luiz Ocana da Silva	Diretor de Operações
Jerusa Dalla Valle	Diretora Comercial
Karla Regina Longo	Diretora de Marketing
Marcelo Nunes Rocha	Diretor de Operações
Roberto Massaharu Nakamoto	Diretor de Tecnologia da Informação

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LOJAS

(31/12/2024)



Informações Operacionais	2024	2023
Quantidade de lojas	234	243
Área Média de Vendas por Loja (m ²)	1.126	1.141
Ticket Médio (RS)	130,60	140,21
Ticket Médio Cartão Marisa (RS)	206,41	188,82
Peças comercializadas (milhões)	40,6	37,7
Quantidade de Cartões Marisa ao final do período (milhões)	0,9	1,5

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

AMBIENTAL

Desde 2022, focamos em causas relevantes na área ambiental. Nos tornamos integrantes do Pacto Global da ONU, ampliando nossa participação em iniciativas de sustentabilidade. Também aderimos ao Instituto Ethos, reforçando a atuação em gestão sustentável, direitos humanos, integridade e meio ambiente. Complementando as ações ambientais, realizamos o Inventário de Gases do Efeito Estufa e ingressamos no Mercado Livre de Energia, promovendo a aquisição de energia renovável. Promovemos iniciativas de *upcycling*, que envolvem a transformação de roupas antigas em novas, buscando ampliar o ciclo de vida dos produtos. Mantivemos a prática de doação de peças não vendidas para instituições parceiras, auxiliando tanto

na obtenção de recursos como no apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade.

Em 2025, revisitaremos nossa matriz de materialidade, alinhando nossos impactos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Ademais, avançaremos na transparência e divulgação de informações socioambientais por meio do Relatório de Sustentabilidade, consolidando o compromisso com boas práticas de governança.

Para 2026, pretendemos lançar o primeiro Relatório Integrado no modelo ISSB (International Sustainability Standards Board), garantindo maior alinhamento aos padrões internacionais de reporte financeiro IFRS.

SOCIAL

Avançamos na consolidação de uma cultura de alta atuação, fortalecendo a comunicação interna, investindo no bem-estar dos nossos colaboradores e aprimorando a eficiência operacional na área de gestão de pessoas. Reforçamos a transparência e o engajamento dos times por meio de rituais estratégicos, como a R10, reunião de alinhamento quinzenal com todo o Escritório Central, e a Live Corporativa, encontro mensal com toda a Empresa. Essas iniciativas foram fundamentais para garantir conexão entre as equipes e disseminação de informações relevantes sobre resultados e diretrizes da Marisa. No Pilar de Gestão de Pessoas, retomamos com sucesso o Ciclo de Gestão, alcançando 96% de adesão e avaliando mais de 3.200 colaboradores. Em continuidade à jornada de inclusão, seguimos trabalhando na formação de Grupos de Afinidade focados em equidade de gênero, diversidade geracional, racial, capacitismo

e população LGBTQIAPN+. Também avançamos no encadeamento produtivo com o SEBRAE, investindo no desenvolvimento e competitividade dos pequenos negócios da nossa cadeia de valor.

Em 2025, ampliaremos o escopo com foco na definição de metas, avaliação de competências, *feedbacks* estruturados e desenvolvimento de lideranças. Essas atividades incluem a implementação do Programa de Desenvolvimento para Gerentes de Loja e a Trilha de Carreira – Lojas, que trarão mais clareza sobre as oportunidades de crescimento na Marisa. Seguiremos, também, fortalecendo nosso compromisso com o bem-estar dos colaboradores por meio do programa Marisa Cuida e da Plataforma de Telemedicina, garantindo acesso à saúde e suporte psicológico.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Temos uma governança corporativa sólida, baseada nas melhores práticas do mercado para garantir transparência, responsabilidade e equidade. Desde nossa abertura de capital em 2007, seguimos as regras do Novo Mercado da B3, fortalecendo nossa reputação no mercado de capitais.

Nossa governança estratégica é conduzida pelo Conselho de Administração, presidido pela Sra.

Andrea Menezes, e apoiado por quatro Comitês especializados: Estratégia, Auditoria e Riscos, Pessoas & ESG e Suporte ao Varejo. A gestão executiva é composta por sete profissionais altamente qualificados, sendo duas mulheres, e inclui dois diretores estatutários (Diretor-Presidente e Diretor Financeiro). Possuem experiência no setor varejista de moda e em suas respectivas áreas de atuação.

Os pilares da governança corporativa reforçam a confiança do mercado e garantem uma atuação ética e responsável em nosso dia a dia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrea Maria Meirelles de Menezes	Presidente do Conselho de Administração
Marcio Luiz Goldfarb	Conselheiro
Ricardo Goldfarb	Conselheiro
Geraldo Luciano Mattos Junior	Conselheiro Independente
Maria Laura Peixoto Santos Tarnow	Conselheira Independente

TRANSPARÊNCIA

Assegura a divulgação clara, precisa e acessível de informações relevantes para acionistas, investidores e colaboradores.

EQUIDADE

Tratamos todos os *stakeholders* de forma justa e respeitamos integralmente seus direitos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Assumimos plena responsabilidade por nossas decisões e mantemos uma comunicação aberta com acionistas e demais partes interessadas.

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Conduzimos nossas operações com ética e sustentabilidade, considerando impactos ambientais, sociais e econômicos.

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

Mantemos diretrizes rigorosas para garantir conformidade regulatória e gerenciamento eficaz de riscos.

SUSTENTABILIDADE

A integração de práticas ASG é um compromisso permanente da Administração.



Nossa atuação é regida por políticas abrangentes, como a de Transações com Partes Relacionadas, a de Divulgação de Fato Relevante e de Negociação com Ações, além do Código de Conduta e Ética.

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Riscos possuem seus regimentos internos. Todos os documentos podem ser acessados no website de relações com investidores, canal de informação e comunicação com os *stakeholders*: ri.marisa.com.br

Anualmente, aprimoramos as práticas de governança, alinhando-nos progressivamente ao Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além disso, para incentivar a participação dos acionistas, realizamos assembleias gerais em formato digital, disponibilizando múltiplos canais de votação, como boletim de voto à distância, plataforma virtual e representação por procurador.

Com um modelo de governança sólido, transparente e alinhado às melhores práticas, fortalecemos nossa posição no mercado de capitais e reafirmamos o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a geração de valor para nossos acionistas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

INTRODUÇÃO

Comentamos a seguir o desempenho econômico-financeiro consolidado da Marisa no quarto trimestre de 2024 (4T24) e no ano de 2024, comparando-os aos mesmos períodos de 2023. No 4T24, apresentamos uma melhora significativa no desempenho econômico-financeiro consolidado em comparação ao mesmo período de 2023. Essa evolução é consequência do novo posicionamento estratégico que adotamos e que resultou em uma reestruturação profunda, tanto estrutural quanto operacional. Os impactos positivos dessa transformação tornaram-se mais evidentes a partir do segundo semestre de 2024, refletindo a consolidação das medidas implementadas. Para uma análise mais precisa desse processo é importante considerar não somente as comparações com o 4T23 e com 2023, mas também a evolução dos indicadores do terceiro para o quarto trimestre de 2024, período em que os efeitos da reestruturação se intensificaram.

As informações financeiras consolidadas incluem os números das empresas M Bank, Registrada e M Serviços. A M Serviços tem um papel estratégico na Marisa, oferecendo

produtos e serviços financeiros (Cartão Marisa) em parceria com a Credsystem para melhorar a experiência das clientes.

A M Pagamentos tinha como propósito atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento para o varejo, concedendo empréstimos a pessoas físicas. No entanto, a partir de 31 de dezembro de 2023, essa operação começou a ser descontinuada, e seus resultados ao longo de 2024 foram contabilizados como “Operação Descontinuada”.

A influência dos resultados das empresas Registrada, M Bank e M Serviços no desempenho consolidado é mínima. Por essa razão, divulgamos e concentramos a análise somente nos números consolidados que refletem, quase em sua totalidade, o desempenho da operação varejo da Marisa Lojas S.A.

Arredondamos os percentuais apresentados na análise, desconsideramos as variações entre resultados positivos e negativos (ou vice-versa) e não destacamos margens negativas.

DESTAQUES DO 4T24



RECEITA LÍQUIDA

REGISTRA FORTE

CRESCIMENTO:

13% x 4T23 e 34% x 3T24.



ENDIVIDAMENTO CAI E

ALAVANCAGEM FICA EM 0,2X:

Redução de R\$ 87,8 milhões em relação a 31/12/2023.



VENDAS MESMAS LOJAS

CRESCEM:

19% x 4T23 e 43% x 3T23.



LUCRO BRUTO

APRESENTA EXPANSÃO:

7% x 4T23 e 51% x 3T24.



EBITDA AJUSTADO TEM ALTA

EXPRESSIVA:

+R\$175,5 milhões x 4T23 e
+ R\$ 84,9 milhões x 3T24.



LUCRO LÍQUIDO REVERTE

PREJUÍZO:

R\$ 5,8 milhões no 4T24.



RESULTADOS CONSOLIDADOS

R\$ Milhões	4T24	4T23	24 v 23	2024	2023	24 v 23
Receita Líquida	468,4	413,9	13%	1.392,2	1.646,1	-15%
Vendas Mesmas Lojas (%YoY)	19%	-28%	na	2%	-20%	na
Lucro Bruto	246,8	230,8	7%	683,6	809,5	-15%
Margem Bruta	53%	56%	-3 p.p.	49%	49%	-
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(170,4)	(222,3)	-23%	(623,3)	(805,9)	-23%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas/Receita Líquida	36%	54%	-18 p.p.	45%	49%	-4 p.p.
EBITDA Ajustado - Pós-IFRS16	120,2	(55,3)	na	122,8	(80,4)	na
Margem EBITDA Ajustada - Pós-IFRS16	26%	na	na	9%	na	na
Lucro (Prejuízo) Líquido	5,8	(112,0)	na	(315,8)	(520,8)	-39%

RECEITA LÍQUIDA

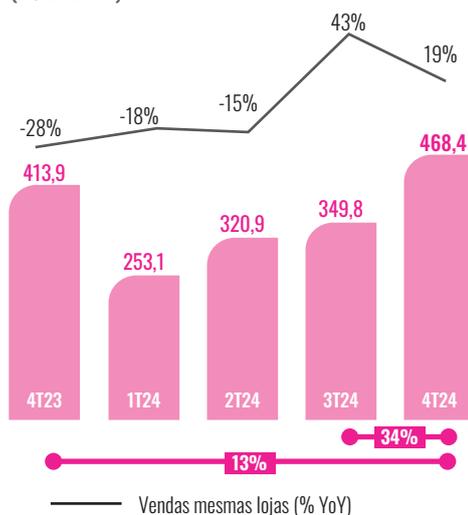
4T24

A maior disponibilidade de produtos para venda, em razão da recomposição dos estoques ocorrida com mais intensidade a partir do segundo semestre, alavancou o volume de peças comercializadas em 8% gerando Receita Líquida de R\$ 468,4 milhões, alta de 13% na comparação com o 4T23. Não houve incremento do ticket médio devido ao novo posicionamento e sortimento de produtos, decorrente da estratégia de focar nas consumidoras da classe C.

Crescemos a Receita Líquida devido à maior disponibilidade de produtos e a expansão para outras categorias.

RECEITA LÍQUIDA TRIMESTRE

(R\$ milhões)

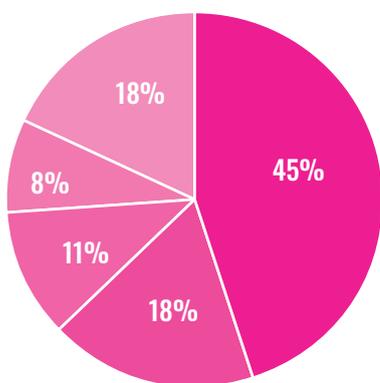


O faturamento apresentou crescimentos sequenciais a partir do 1T24 com destaque para o aumento de 34%, do terceiro para o quarto trimestre.

O crescimento das vendas na base mesmas lojas seguiu a mesma tendência, subiu 19% no 4T24. No 3T24, aumentou 43% na comparação ao mesmo período do ano anterior.

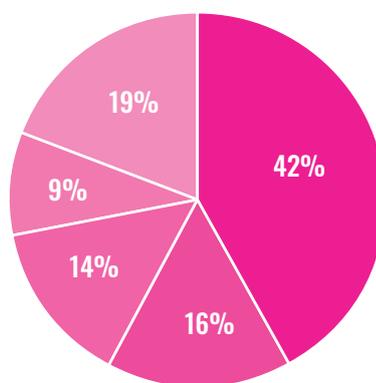
Com a estratégia de expandir para outras categorias de produtos para atender a demanda não somente da mulher brasileira, mas também da sua família, reforçamos as categorias Infantil e Masculina em 2024. Como resultado, estas linhas de produtos aumentaram suas participações na Receita Líquida.

BREAKDOWN DA RECEITA LÍQUIDA 4T23



● Feminino ● Íntimo ● Infantil ● Masculino ● Outros/ Complemento

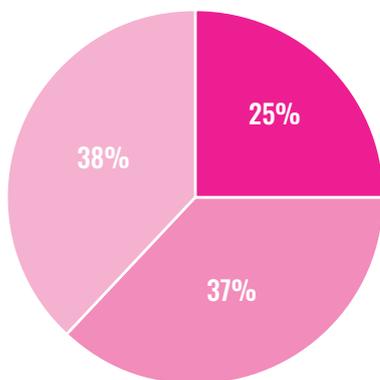
BREAKDOWN DA RECEITA LÍQUIDA 4T24



O Cartão Marisa representou 23% das transações, reafirmando seu papel estratégico como facilitador de compras e instrumento de fidelização das clientes. A administração e concessão do cartão são realizadas pela

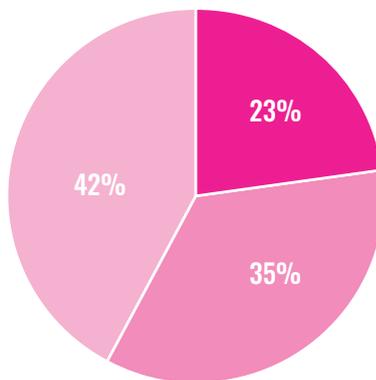
Credsystem, parceria que estabelecemos no final de 2023, fortalecendo a oferta de crédito nas lojas e contribuindo para a experiência de consumo.

FORMAS DE PAGAMENTO 4T23



● Cartão Marisa ● Outros Cartões ● À Vista

FORMAS DE PAGAMENTO 4T24

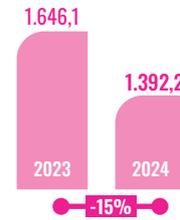


2024

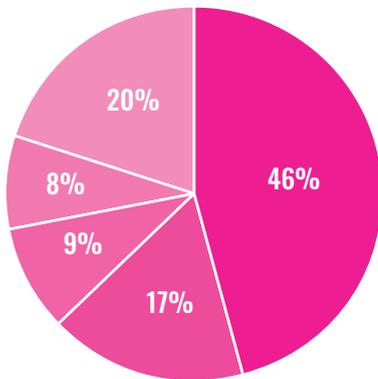
Contabilizamos Receita Líquida de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, equivalente a 85% do montante auferido em 2023. Como a recomposição dos estoques ocorreu na segunda metade de 2024, as vendas ficaram enfraquecidas no primeiro semestre interferindo, dessa forma, na evolução da Receita, que também foi impactada pelo fechamento de 9 lojas ao longo do ano. O crescimento das vendas na base mesmas lojas foi 2%, bastante superior à queda de 20% registrada em 2023.

Destacamos a maior participação das categorias Infantil e Masculino nas vendas do ano de 2024.

RECEITA LÍQUIDA ANO (R\$ milhões)

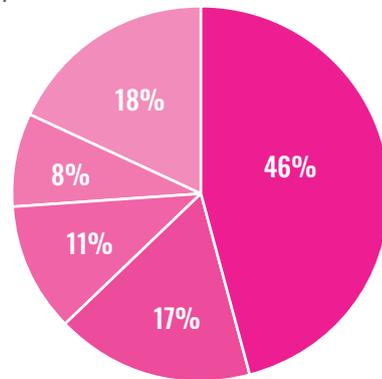


BREAKDOWN DA RECEITA LÍQUIDA 2023



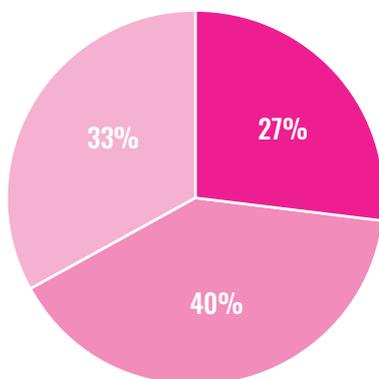
Feminino Íntimo Infantil Masculino Outros/ Complemento

BREAKDOWN DA RECEITA LÍQUIDA 2024



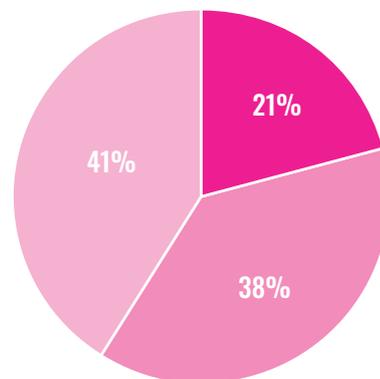
No ano, o Cartão Marisa representou 21% das formas de pagamento e o *ticket* médio do cartão cresceu 13%.

FORMAS DE PAGAMENTO 2023



Cartão Marisa Outros Cartões À Vista

FORMAS DE PAGAMENTO 2024



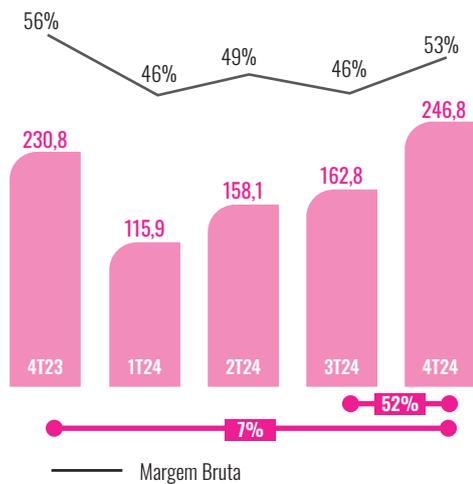
LUCRO E MARGEM BRUTA

4T24

Registramos Lucro Bruto de R\$ 246,8 milhões, avanço de 7% ante o 4T23. Destacamos a sequência de crescimentos do indicador, especialmente entre o terceiro e o quarto trimestres de 2024, período em que registramos crescimento de 52%, acompanhado de aumento de 7 pontos percentuais na Margem Bruta. Esse desempenho reflete os avanços obtidos com as mudanças que implementamos na cadeia de abastecimento. Renegociamos as condições comerciais com os fornecedores tradicionais e ampliamos a base contratando novos fornecedores, possibilitando recompor os estoques a custos mais competitivos alinhados ao novo posicionamento estratégico de preços, o que gerou mais rentabilidade.

LUCRO BRUTO TRIMESTRE

(R\$ milhões)



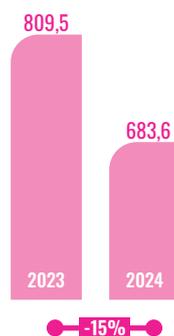
Aumentamos o Lucro Bruto com a recomposição dos estoques a custos mais competitivos.

2024

Registramos Lucro Bruto de R\$ 683,6 milhões, redução de 15%, acompanhando a queda da Receita Líquida, enquanto a Margem Bruta permaneceu estável em 49%.

LUCRO BRUTO ANO

(R\$ milhões)



DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

4T24

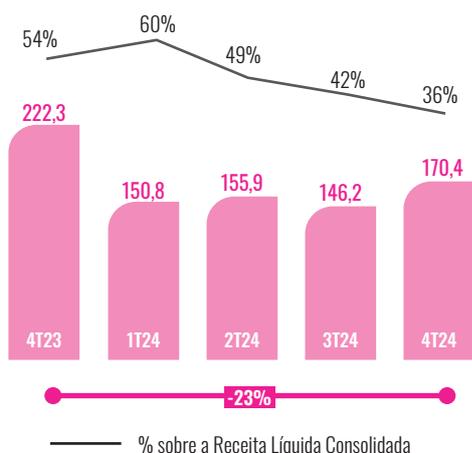
O processo de reestruturação que empreendemos trouxe redução de 23% nas Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas comparado ao 4T23. Concentramos os trabalhos no fechamento de lojas, proporcionando economias em diversos gastos, incluindo *headcount*, ocupação, utilidades, condomínio, impostos e manutenção. Adicionalmente, reduzimos as áreas administrativas, buscando maior eficiência no escritório, e também fizemos a revisão de

contratos com prestadores de serviços. Como reflexo dessas iniciativas, a participação das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na Receita Líquida foi caindo ao longo do ano, chegando a representar 36% no 4T24 ante 54% no mesmo período do ano anterior.

Conquistamos mais rentabilidade com a redução das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS TRIMESTRE

(R\$ milhões)

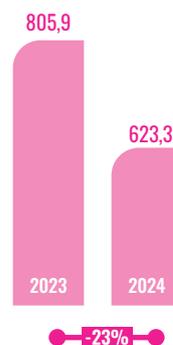


2024

Registramos queda de 23% nas Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas que passaram a representar 45% da Receita Líquida, ante 49% em 2023. Esse avanço reforça nosso compromisso com a melhoria da eficiência por meio do barateamento das principais despesas operacionais visando maior rentabilidade.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS ANO

(R\$ milhões)



OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

4T24

Obtivemos Resultado Líquido positivo de R\$ 43,9 milhões nas Outras Receitas (Despesas) Operacionais, melhora de R\$ 108,3 milhões na comparação com a Despesa apurada no 4T23. Essa variação é explicada por contabilizações não recorrentes de créditos tributários, como PIS/Cofins sobre a base

de cálculo do ICMS, e INSS de exercícios anteriores. Também contribuíram para a variação os recebimentos de sinistros de seguros, ajustes no plano de *Stock Options* e as receitas advindas da parceria da M Serviços com a Credsystem.

2024

Apuramos Resultado Líquido positivo de R\$ 62,6 milhões nas Outras Receitas (Despesas) Operacionais, revertendo uma Despesa de R\$ 85,7 milhões em 2023.

EBITDA AJUSTADO PÓS-IFRS16

Alcançamos um novo patamar de rentabilidade com crescimento expressivo do EBITDA Ajustado.

R\$ Milhões	4T24	4T23	24 vs 23	2024	2023	24 vs 23
Lucro/(Prejuízo) Líquido Consolidado	5,8	(112,0)	na	(315,8)	(520,8)	-39%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,7)	(82,7)	-99%	14,2	(82,5)	na
Resultado Financeiro Líquido	60,1	(29,6)	na	201,7	144,7	39%
Depreciação e Amortização	40,2	48,1	-16%	166,4	206,6	-19%
Resultado da Operação Descontinuada - M Pagamentos	14,8	120,2	-88%	56,3	169,8	-67%
EBITDA	120,2	(56,0)	na	122,8	(82,2)	na
Plano de Opção de Compra de Ações	-	0,7	na	-	1,8	na
EBITDA Ajustado	120,2	(55,3)	na	122,8	(80,4)	na
Margem EBITDA Ajustado	26%	na	na	9%	na	na

Conquistamos um importante avanço na trajetória de recuperação da rentabilidade da Marisa em 2024. Sob a nova Administração, promovemos um ajuste na estrutura de custos e despesas consolidando um modelo de negócios mais sustentável e resiliente.

4T24

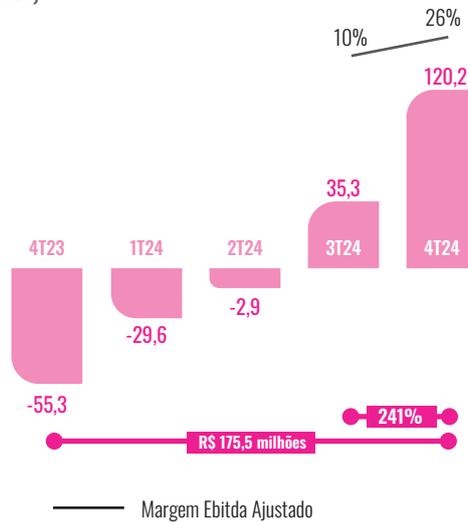
Apuramos EBITDA Ajustado de R\$ 120,2 milhões, com margem de 26%, representando um incremento de R\$ 175,5 milhões em relação ao resultado negativo do 4T23.

Os avanços registrados nos indicadores consolidados de Receita Líquida e de Lucro e Margem Bruta, aliados à expressiva redução das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas tiveram um impacto direto na performance do EBITDA.

Na comparação com o EBITDA do 3T24, registramos alta de 241% com expansão de 16 pontos percentuais na Margem.

EBITDA AJUSTADO TRIMESTRE

(R\$ milhões)

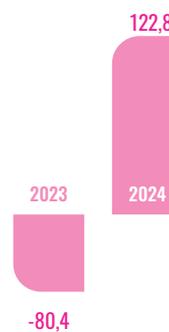


2024

Acumulamos EBITDA Ajustado de R\$ 122,8 milhões, com margem de 9%, evolução expressiva de R\$ 203,2 milhões na comparação com 2023 quando registramos EBITDA negativo de R\$ 80,4 milhões.

EBITDA AJUSTADO ANO

(R\$ milhões)



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

R\$ Milhões	4T24	4T23	24 vs 23	2024	2023	24 vs23
Despesas Financeiras	(80,5)	(25,5)	216%	(276,1)	(253,0)	9%
Juros	(5,6)	(7,9)	-29%	(51,8)	(33,8)	53%
Ajuste a Valor Presente	(33,4)	(25,7)	30%	(102,8)	(90,2)	14%
Instrumentos Financeiros e Outras	(21,3)	(6,9)	209%	(39,8)	(50,8)	-22%
Despesas Financeiras sem juros do IFRS16	(60,3)	(40,5)	49%	(194,4)	(174,8)	11%
Juros do IFRS16	(20,2)	15,0	na	(81,7)	(78,2)	4%
Receitas Financeiras	20,4	54,8	-63%	74,3	108,2	-31%
Rendimento de Aplicações	13,5	57,1	-76%	57,6	106,5	-46%
Outras	6,9	(2,3)	na	16,7	1,7	882%
Resultado Financeiro Líquido sem juros do IFRS 16	(39,9)	14,3	na	(120,1)	(66,6)	80%

4T24

Comparativamente ao 4T23, nossas Despesas Financeiras (sem os juros do IFRS16) aumentaram em decorrência do impacto do AVP sobre o volume de estoques

mais elevado e da elevação da taxa Selic. As Receitas Financeiras apresentaram diminuição, reflexo da redução no volume médio de recursos aplicados.

2024

Apuramos Resultado Financeiro Líquido negativo (sem os juros do IFRS16) de R\$ 120,1 milhões.

DESCONTINUIDADE DA M PAGAMENTOS

No final do exercício de 2023, firmamos parceria estratégica com a Credsystem, que passou a ser responsável pela promoção e oferta dos Cartões Marisa em nossas lojas, bem como de outros produtos financeiros anteriormente administrados pela M Pagamentos. Como consequência, a principal operação da M Pagamentos foi transferida para a Credsystem, resultando na descontinuação operacional desta subsidiária. Liquidamos todos os compromissos dessa

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Voltamos a gerar lucro Líquido, acontecimento importante para todo o time Marisa que com determinação trouxe de volta a lucratividade para a Companhia.

4T24

Apuramos um Lucro Líquido de R\$ 5,8 milhões, em contraste com o prejuízo de R\$ 112,0 milhões registrado no último trimestre de 2023. Esse resultado reflete o acerto das ações estratégicas mencionadas neste relatório, que impulsionaram o aumento da Receita Líquida e do Lucro Bruto, reduziram

operação em janeiro de 2025 e, em fevereiro, já obtivemos autorização do Banco Central para encerrar a licença de funcionamento. O CNPJ permanecerá ativo por um tempo para aproveitamento de créditos fiscais e tributários.

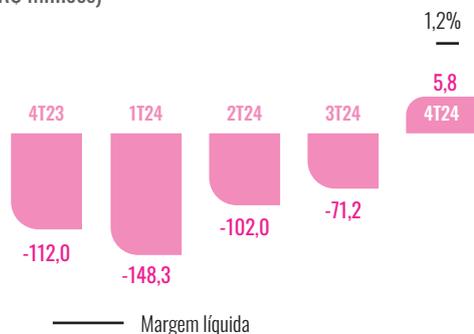
No 4T24, a M Pagamentos apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 14,8 milhões. Em 2024, o Prejuízo acumulou R\$ 56,3 milhões.

Retornamos à geração de Lucro Líquido marco significativo na história do nosso desempenho financeiro.

as Despesas Operacionais e fortaleceram o EBITDA. Nota-se que, à medida que essas iniciativas foram implementadas, o Prejuízo Líquido foi sendo reduzido em 2024, culminando na reversão para Lucro Líquido no último trimestre, um marco histórico para a Marisa.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO TRIMESTRE

(R\$ milhões)



Recomendamos, também, analisar a geração de Lucro Líquido antes do resultado negativo de R\$ 14,8 milhões da operação em descontinuidade M Pagamentos. Sem

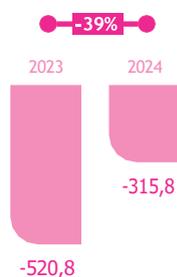
ele registramos Lucro Líquido (operações continuadas) de R\$ 20,6 milhões com margem de 4%, aumento de 154% na mesma base de comparação com o 4T23.

2024

O Prejuízo Líquido que registramos em 2024 foi reduzido em 39% passando de R\$ 520,8 milhões para R\$ 315,8 milhões.

Desconsiderando-se o resultado da M Pagamentos, o Prejuízo Líquido das Operações Continuadas teve uma redução, ainda mais importante, para R\$ 259,5 milhões.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANO (R\$ milhões)



DÍVIDA LÍQUIDA

R\$ Milhões	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Circulante e Não Circulante)	123,2	217,1
(-) Caixa e títulos e valores mobiliários	93,5	99,6
Dívida Líquida	29,7	117,5
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado anual	0,2x	na

Apresentamos uma redução significativa de R\$ 87,8 milhões na dívida líquida consolidada em 2024, que totalizou R\$ 29,7 milhões no encerramento do ano. O resultado reflete nossa estratégia de redução do endividamento, impulsionada por um aporte de capital realizado por nossos acionistas

ao longo do ano. Terminamos o ano com R\$ 93,5 milhões em caixa. No encerramento do ano, nosso Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Anual foi de 0,2x. Podemos afirmar, portanto, que a Marisa está financeiramente sólida e com alta capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

R\$ Milhões	4T24	4T23	24 vs 23	2024	2023	24 vs23
Ampliação e Reformas	0,6	2,0	-70%	2,1	5,5	-62%
Tecnologia da Informação	0,2	0,2	-	2,3	10,2	-78%
Total dos Investimentos	0,8	2,2	-64%	4,4	15,7	-72%

Investimos R\$ 800 mil em Capex no último trimestre de 2024, queda de 64% em relação ao 4T23. Em 2024, os aportes chegaram a R\$ 4,4 milhões, representando uma redução de 72%. As reduções de

investimentos em Capex ocorreram porque redirecionamos os recursos financeiros para a quitação de dívidas com fornecedores e para a reestruturação das lojas e das áreas administrativas.

AUDITOR INDEPENDENTE

De acordo com boas práticas de Governança Corporativa, informamos que, em 2024, contratamos a BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. somente para a realização dos serviços de auditoria das

Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas e de revisão das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Marisa Lojas S.A.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em observância às disposições dos incisos V e VI, do primeiro parágrafo do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80/22, conforme alterada, a Diretoria da Marisa Lojas S.A. declara que (i) revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Edson Salles Abuchaim Garcia

Diretor Presidente e
Relações com Investidores

Adilvo Alves de Souza Junior

Diretor Executivo de Finanças

André Luiz Ocana da Silva

Diretor de Operações

Jerusa Dalla Valle

Diretora Comercial

Karla Regina Longo

Diretora de Marketing

Marcelo Nunes Rocha

Diretor de Operações

Roberto Massaharu Nakamoto

Diretor de Tecnologia da Informação

marisa

**RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM
31/12/2024**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Marisa Lojas S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

Provisão para contingências não registrada na Controlada Indireta M Serviços Ltda.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.4, a Controlada Indireta M Serviços Ltda. (anteriormente denominada M Cartões) possui processos administrativos e judiciais em que se pretende a anulação de autos de infração, com alegações de omissão de receita tributável nos exercícios de 2011, 2012 e 2015 para a cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social, os quais não foram registrados, com base na avaliação da Administração de que a probabilidade de perda é possível.

Em 14 de setembro de 2022 e em 17 de maio de 2023, a M Serviços foi notificada das decisões desfavoráveis com relação aos autos de infração dos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente. Caso as referidas decisões desfavoráveis tivessem sido avaliadas com base nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 22/IFRIC23 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a probabilidade de perda deveria ser classificada como provável e, em nosso entendimento, uma provisão deveria ser reconhecida para se adequar às práticas contábeis referidas pelo IAS 37 / CPC 25.

Consequentemente, nas demonstrações contábeis da controladora, o saldo de investimentos, o total do ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$195.636 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154.710 mil em 31 de dezembro de 2023), e o prejuízo do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 40.926 mil (prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estava subavaliado em R\$ 17.847 mil), e nas demonstrações contábeis consolidadas, o total do passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$195.636 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154.710 mil em 31 de dezembro de 2023), e o prejuízo do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 40.926 mil (prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estava subavaliado em R\$ 17.847 mil).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 315.784 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 333.717 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 308.378 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. Conforme divulgado nesta mesma nota explicativa nº 3.1, a Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) - informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Saldo correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentadas para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes. O relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2023 foi emitido datado de 22 de abril de 2024 com ressalvas pelo não reconhecimento de provisão para contingências em sua Controlada Indireta M Serviços (anteriormente denominada M Cartões) e contendo parágrafo sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Estimativas da provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota 20.2)

Em 31 de dezembro de 2024, as discussões judiciais provisionadas totalizaram R\$ 102.922 mil e R\$ 129.979 mil, na controlada e no consolidado.

A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados;
- Análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de ações judiciais e processos administrativos;
- Envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos e de assuntos controversos, na análise das probabilidades de perda das disputas judiciais nos âmbitos tributários, trabalhistas e cíveis, e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão;
- Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis, em relação ao assunto.

Com base nos procedimentos efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, exceto pelos efeitos oriundos do assunto descrito no parágrafo intitulado “Base para opinião com ressalva”, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Diretoria para a constituição de provisão para demandas judiciais tributárias, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Gestão do Ambiente de Tecnologia da Informação

Em virtude do significativo volume de transações e a alta dependência das operações da Companhia em relação à infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), incluindo sistemas e aplicações críticas, além da natureza específica dos seus empreendimentos e sua extensão geográfica, o ambiente de TI foi classificado como um Principal Assunto de Auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os procedimentos de auditoria executados abrangeram: (i) a avaliação da configuração e da efetividade dos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) empregados pela Companhia nos sistemas e aplicações identificados como críticos para a integridade das informações que influenciam diretamente as Demonstrações Contábeis; (ii) inspeção dos processos de auditoria destinados a validar a eficácia dos controles sobre acessos lógicos, administração de mudanças, e gerenciamento das operações de TI, elaboração e processamento de relatórios financeiros, além de outros elementos pertinentes à tecnologia; (iii) engajamento de especialistas em TI para suporte na realização desses testes; (iv) análise do procedimento de geração e extração de relatórios fundamentais para os saldos das contas contábeis; e (v) implementação de testes de conformidade sobre as informações geradas pelos sistemas e soluções tecnológicas da Companhia.

Quanto aos controles de acessos lógicos: (i) procedemos à análise dos procedimentos de autorização e emissão de credenciais para novos usuários, a revogação em tempo hábil de acessos a membros deslocados ou desvinculados, e a revisão regular de perfis de usuário; e (ii) examinamos as diretrizes para criação de senhas, configurações de segurança e acessos aos recursos de TI.

No contexto do gerenciamento de alterações: (i) avaliamos a formalização e aprovação de mudanças em sistemas e aplicações pelo conselho diretivo da Companhia; e (ii) inspecionamos o gerenciamento de operacionalidades, com enfoque nas estratégias para execução de backups de segurança e a pronta resolução de intercorrências.

Durante nossa avaliação, identificamos algumas deficiências nos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) que, embora presentes, não são consideradas significativas para a gestão global do ambiente de TI da Companhia. Importante destacar que essas deficiências não comprometeram a integridade geral das Demonstrações Contábeis tampouco refletem falhas críticas no ambiente de TI. A identificação dessas lacunas nos Controles Gerais de TI provocou uma reavaliação da natureza, timing e extensão de nossos testes substantivos, ajustados para assegurar a coleta de evidências de auditoria suficientes e adequadas. Dada a expansão destes procedimentos, julgada necessária por nossa equipe, os resultados obtidos forneceram uma base de evidência satisfatória e congruente com as Demonstrações Contábeis datadas de 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	90.567	90.845	92.052	92.328
Títulos e valores mobiliários	6.4	-	4.657	-	4.657
Contas a receber de clientes	7.2	29.793	66.772	29.793	67.519
Estoques	8.2	260.101	145.600	260.101	145.600
Partes relacionadas	11.2	26	1.289	-	4.799
Tributos a recuperar	9.2	71.039	90.256	95.445	114.845
Outros ativos circulantes		27.048	27.151	24.631	31.139
		478.574	426.570	502.022	460.887
Ativos de operação descontinuada					
	35	9.062	45.378	74.480	500.845
		487.636	471.948	576.502	961.732
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6.4	1.452	1.958	1.452	2.591
Partes relacionadas	11.2	18.515	-	-	-
Tributos a recuperar	9.2	675.941	634.145	675.941	634.145
Outros ativos não circulantes		9.850	10.168	10.133	10.842
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	-	-	60.765	75.233
Depósitos judiciais	20.2	38.209	102.137	39.467	148.172
		743.967	748.408	787.758	870.983
Investimentos					
Ativo de direito de uso	12.2	36.732	28.573	-	-
Imobilizado	14.2	445.668	496.592	445.793	496.735
Intangível	13.2	56.273	67.920	56.770	68.540
	13.4	34.031	51.828	37.435	55.902
		1.316.671	1.393.321	1.327.756	1.492.160
Total do ativo					
		<u>1.804.307</u>	<u>1.865.269</u>	<u>1.904.258</u>	<u>2.453.892</u>

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	118.826	116.802	118.826	116.804
Fornecedores	15.2	309.489	506.784	311.298	507.556
Arrendamentos a pagar	14.3	107.502	183.178	107.506	183.181
Salários, provisões e contribuições sociais	17.2	46.337	48.682	46.353	49.278
Tributos a recolher e parcelamentos	18.2	164.387	80.552	165.979	80.773
Partes relacionadas	11.2	80	895	490	25.492
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar		19.732	23.622	19.732	23.624
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	14	4.565
Receitas diferidas	19.2	4.511	4.511	6.263	6.263
Outros passivos circulantes	19.3	50.489	157.030	43.001	173.520
		821.353	1.122.056	819.462	1.171.056
Passivo de operação descontinuada					
	35	-	-	65.418	455.466
		821.353	1.122.056	884.880	1.626.522
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	4.342	100.273	4.342	100.273
Arrendamentos a pagar	14.3	408.323	372.889	408.461	373.039
Provisão para litígios e demandas judiciais	20.2	102.922	197.254	129.979	270.203
Receitas diferidas	19.2	106.936	57.447	115.746	68.088
Tributos a recolher e parcelamentos	18.2	75.323	-	75.323	-
Outros passivos não circulantes	19.3	500	14.883	919	15.300
		698.346	742.746	734.770	826.903
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	2.312.074	1.694.928	2.312.074	1.694.928
Ações em tesouraria	22.2	(1.242)	(1.242)	(1.242)	(1.242)
Reserva de opções de ações		6.599	23.820	6.599	23.820
Prejuízos acumulados		(2.032.823)	(1.717.039)	(2.032.823)	(1.717.039)
Total do patrimônio líquido		284.608	467	284.608	467
Total do passivo e patrimônio líquido					
		1.804.307	1.865.269	1.904.258	2.453.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receita operacional líquida	25.2	1.380.526	1.578.499	1.392.169	1.646.097
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	26	(699.632)	(800.814)	(708.621)	(836.641)
Lucro bruto		680.894	777.685	683.548	809.456
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas com vendas	27.1	(444.476)	(542.746)	(446.351)	(553.415)
Despesas gerais e administrativas	27.2	(174.153)	(231.439)	(176.951)	(252.494)
Despesas com depreciação e amortização	13.3 e 13.5	(164.410)	(203.787)	(166.383)	(206.614)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	40.883	(41.790)	62.605	(85.688)
Resultado de equivalência patrimonial	12.2	(1.842)	30.402	-	-
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras		(63.104)	(211.675)	(43.532)	(288.755)
Despesas financeiras	29.2	(270.540)	(253.329)	(276.077)	(252.980)
Receitas financeiras	29.2	74.176	106.260	74.351	108.248
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(259.468)	(358.744)	(245.258)	(433.487)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10.5	-	7.757	259	7.267
Diferido	10.5	-	-	(14.469)	75.233
Total imposto de renda e contribuição social			7.757	(14.210)	82.500
Prejuízo do período das operações continuada		(259.468)	(350.987)	(259.468)	(350.987)
Resultado Líquido das operações descontinuadas	35	(56.316)	(169.765)	(56.316)	(169.765)
Prejuízo do exercício		(315.784)	(520.752)	(315.784)	(520.752)
Prejuízo do exercício por ação básico e diluído – Operação continuada R\$	30	(0,50535)	(5,12188)		
Prejuízo do exercício por ação básico e diluído - R\$		(0,62506)	(7,59922)		

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(315.784)	(520.752)	(315.784)	(520.752)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganhos (perdas) com <i>hedge accounting</i>	-	94	-	94
IR/CSLL sobre ganhos (perdas) com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	(32)	-	(32)
Outros resultados abrangentes	-	62	-	62
	(315.784)	(520.690)	(315.784)	(520.690)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio Líquido
		Opção de ações				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.694.928	19.779	(1.174)	(62)	(1.196.287)	517.184
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(520.752)	(520.752)
Plano de opção de compra de ações (<i>stock options</i>)	-	4.041	-	-	-	4.041
Ações em Tesouraria	-	-	(68)	-	-	(68)
Operações com instrumentos financeiros	-	-	-	62	-	62
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.694.928	23.820	(1.242)	-	(1.717.039)	467
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(315.784)	(315.784)
Aumento de Capital	617.146	-	-	-	-	617.146
Plano de opção de compra de ações (<i>stock options</i>)	-	(17.221)	-	-	-	(17.221)
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	2.312.074	6.599	(1.242)	-	(2.032.823)	284.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(259.468)	(350.987)	(259.468)	(350.988)
Prejuízo do exercício proveniente da operação descontinuada		(56.316)	(169.765)	(56.316)	(169.765)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	35				
	13.3 e 13.5	36.567	40.832	38.764	45.324
Depreciação do ativo de direito de uso	14.2	127.807	162.955	127.817	162.955
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado	13.3 e 13.5	308	16.445	70	19.644
Equivalência patrimonial	12.2 e 12.3	58.157	139.363	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas (reversão)	7.2	-	-	75.136	2.359
Ajuste a valor presente sobre contas a receber de clientes	7.2	(1.431)	13.882	(1.431)	13.882
Provisão para perdas dos estoques e AVP	7	16.253	16.598	16.253	16.598
Provisão para perdas do imobilizado e intangível (reversão)	13.6	-	(16.353)	-	(15.899)
Juros incorridos sobre passivo de arrendamento	14.3	83.144	118.043	83.166	118.424
Custo residual de contratos de arrendamento encerrados e provisão para encerramento de contrato, líquido	14.3	-	(34.331)	-	(34.331)
Plano de opção de compra de ações (stock options)		(17.221)	4.041	(17.221)	4.041
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, empréstimos, debêntures e mútuos	16.3	50.026	31.274	76.903	105.825
Recuperação de Pis e COFINS devido imunidade tributária sobre as vendas na Zona Franca de Manaus	28	-	(40.792)	-	(40.792)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	14.468	(4.371)
Imposto de renda e contribuição recuperada		-	(7.757)	-	(7.757)
Instrumentos financeiros		-	(94)	-	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	20.2	11.222	57.739	14.787	69.169
		49.048	(18.547)	112.928	(65.681)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	38.410	168.343	317.690	193.056
Estoques	7	(130.754)	222.362	(130.754)	222.362
Tributos a recuperar	8	(33.194)	15.687	(26.016)	27.039
Partes relacionadas	10	-	21.462	4.848	(4.960)
Depósitos judiciais	20.2	63.928	(1.282)	109.370	(4.588)
Dividendos recebidos	11	-	-	-	-
Outros ativos operacionais		421	(10.158)	18.929	(13.906)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	(197.295)	(42.529)	(196.258)	(30.676)
Outras obrigações - risco sacado	15	-	(69.484)	-	(69.484)
Tributos a recolher e parcelamentos	18	169.773	(877)	162.012	(1.745)
Instrumentos financeiros		-	(1.829)	-	(1.923)
Receita diferida	19	49.489	(59.490)	47.658	12.435
Salários, provisões e encargos sociais	17	(2.345)	(19.953)	(3.656)	(21.817)
Partes relacionadas	10	(815)	(13.779)	(27.907)	28.397
Provisão para litígios e demandas judiciais	20.2	(105.554)	(8.946)	(154.631)	(7.190)
Aluguéis, condomínio e fundo de promoção a pagar		(3.890)	(7.515)	(3.892)	(7.513)
Outros passivos operacionais	19.3	(120.924)	97.017	(144.900)	93.086
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(223.702)	474.521	85.421	408.244
Juros pagos	16.3	(53.113)	(22.657)	(166.150)	(70.634)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(276.815)	451.863	(80.729)	337.610
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	12.3	(7.409)	(5.781)	(7.425)	(5.780)
Aquisição de ativo intangível	12.5	(22)	(2.606)	(1.173)	(3.492)
Aumento de capital social em controladas		(30.000)	(213.000)	-	-
Resgates (aplicações) de títulos e valores mobiliários	5.4	5.163	83.661	5.796	119.887
Dividendo recebido de controlada		-	3.145	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(32.268)	(134.581)	(2.802)	110.615
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	540.004	168.135	540.004	168.135
Mútuo com partes relacionadas		(18.515)	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	16.3	(630.824)	(232.785)	(926.875)	(383.972)
Amortização com mútuo com partes relacionadas		1.263	-	-	-
Amortização do passivo de arrendamento	14.3	(200.269)	(231.639)	(200.295)	(231.662)
Amortização de obrigações com risco sacado	16.3	-	(46.448)	-	(46.448)
Ações em tesouraria		-	(68)	-	(68)
Gastos com emissão de ações ordinária		-	62	-	62
Aumento de capital social	22.1	617.146	-	617.146	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		308.805	(342.743)	29.980	(493.953)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(278)	(25.461)	(53.551)	(45.728)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	90.845	116.306	195.505	241.233
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	90.567	90.845	141.954	195.505

As notas explicativas da administração são partes integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Marisa Lojas S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	1.896.035	2.131.359	1.910.211	2.213.917
Perdas de crédito esperadas	-	-	2.295	15.402
Outras receitas operacionais	81.136	56.699	109.868	63.150
	1.977.171	2.188.058	2.022.374	2.292.469
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e dos serviços	(936.012)	(1.082.079)	(947.295)	(1.166.730)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(450.548)	(478.673)	(466.375)	(532.376)
Perdas/Recuperação de ativos	1.714	3.422	1.714	(1.104)
	(1.384.846)	(1.557.330)	(1.411.956)	(1.700.210)
Valor adicionado bruto	592.325	630.728	610.418	592.259
Depreciação e amortização	(164.410)	(203.788)	(166.383)	(206.918)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	427.915	426.940	444.035	385.341
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.842)	30.402	-	-
Receitas financeiras	73.388	106.260	73.563	108.248
	71.546	136.662	73.563	108.248
Valor adicionado total a distribuir	499.461	563.602	517.598	493.589
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(239.120)	(354.404)	(239.798)	(360.735)
Remuneração direta	(192.828)	(294.212)	(193.301)	(299.138)
Benefícios	(22.038)	(28.051)	(22.081)	(28.795)
FGTS	(24.254)	(32.141)	(24.416)	(32.802)
Impostos, taxas e contribuições	(326.380)	(341.371)	(343.575)	(264.396)
Federais	(116.939)	(124.809)	(133.688)	(45.634)
Estaduais	(208.801)	(216.262)	(208.819)	(216.298)
Municipais	(640)	(300)	(1.068)	(2.464)
Juros e aluguéis	(193.428)	(218.814)	(193.692)	(219.445)
Juros	(60.084)	(35.445)	(60.084)	(35.445)
Aluguéis	(133.344)	(183.369)	(133.608)	(184.000)
Remuneração de capitais próprios	(259.467)	(350.987)	(259.467)	(350.987)
Prejuízo do exercício	(259.467)	(350.987)	(259.467)	(350.987)
Resultado Líquido das operações descontinuadas	(56.316)	(169.765)	(56.316)	(169.765)
Valor adicionado total distribuído	(499.461)	(563.602)	(517.598)	(493.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Marisa Lojas S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão”) sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível “Novo Mercado” de Governança Corporativa.

A Marisa Lojas S.A. e suas controladas diretas e indiretas, denominadas em conjunto como “Grupo Marisa”, tem como principais negócios:

- Comércio varejista de produtos de consumo e comércio eletrônico;
- Intermediação de seguros, dentre outros. A partir de 15 de novembro de 2023, o Grupo passou a contar com a parceria firmada com a Credsystem Instituição de Pagamentos Ltda. (“Credsystem”) para administração do cartão *private label* Marisa, conforme divulgado com mais detalhes na nota explicativa 35.

Ataque Cibernético

No mês de novembro de 2024 a Companhia foi vítima de um ataque cibernético do tipo ransomware, que ocasionou a indisponibilidade temporária de parte do seu sistema.

Imediatamente, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle apropriadas para mitigação dos impactos e do restabelecimento da normalidade operacional, incluindo o isolamento e a suspensão temporária do funcionamento parcial de seus sistemas para proteção de suas informações.

A suspensão do funcionamento de parte dos sistemas foi realizada de forma preventiva e por protocolo de segurança. Esse período limitado não causou impactos significativos nas operações da Companhia. Nossas lojas físicas continuaram funcionando normalmente.

Sem prejuízo das providências já adotadas, a Companhia ressalta que conduziu uma avaliação completa do incidente para apurar a sua extensão e a eventual necessidade de adoção de medidas adicionais. Até o momento, a Companhia atesta que a ameaça foi neutralizada sem maiores impactos às suas operações e sistemas.

A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado em geral informados sobre eventuais desdobramentos que possam ser relevantes sobre esse incidente.

1.2 Pedido de cancelamento da autorização para funcionamento da M Pagamentos

Em 27 de fevereiro de 2024, a M Pagamentos entrou com novo pedido junto ao (DEORF), órgão do Banco Central do Brasil (BACEN), desta vez solicitando o cancelamento da autorização para funcionamento, em função da mudança de objeto social da M Pagamentos para participação societária, no país e no exterior, na qualidade de acionista e ou quotista, e ou administração de bens.

Em 21 de maio de 2024, em reunião por conferência junto ao órgão regulador, o mesmo, exigiu da M Pagamentos apresentação de um plano de descontinuidade.

Em 25 de maio de 2024, foi apresentado ao Banco Central plano para descontinuidade da instituição M Pagamentos, totalmente dentro do prazo esperado, o Banco Central ainda não se manifestou sobre o plano.

Em 12 de junho de 2024 o Bacen enviou a Companhia três ofícios, exigindo manifestação de seus representantes sobre o descumprimento de obrigações regulatórias e formalização do Plano de Descontinuidade.

Em resposta ao Ofício 13438/2024-BCB/DESUC, a M Pagamentos justificou ao Bacen o motivo pelo descumprimento dos limites operacionais até o momento e se comprometeu a apresentar um plano efetivo de descontinuidade da M Pagamentos em resposta ao ofício 13449/2024- A Companhia respondeu ao ofício 13449/2024-BCB/DESUC em 12 de julho de 2024 elencando as medidas e próximos passos e plano de descontinuidade.

O plano de descontinuidade e composto por três pilares basilares:

- Redução de despesas operacionais da instituição
- Resgate e liquidação dos CDBs até dezembro de 2024
- Posição de caixa e carteira de recebíveis

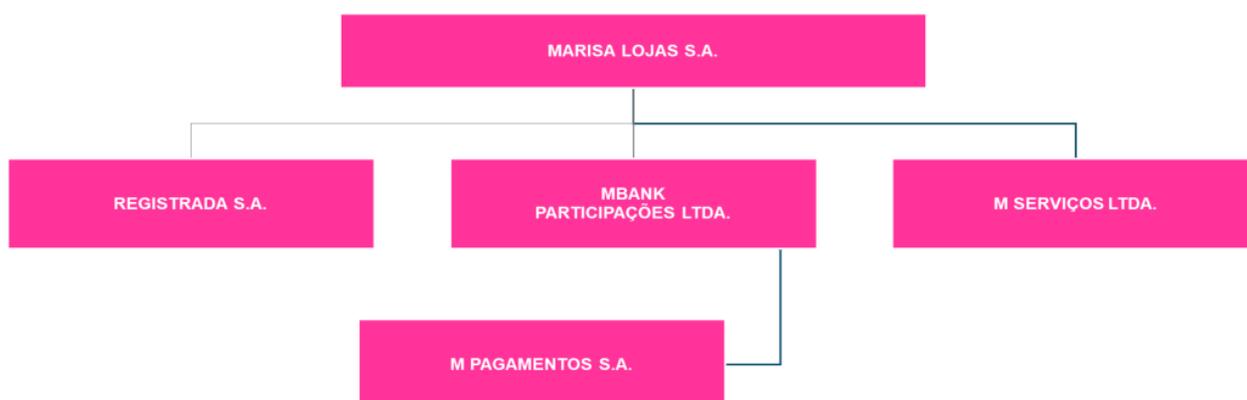
A Companhia solicitou o prazo de 180 dias para a consecução do plano de descontinuidade, que consiste na liquidação de todo o passivo da instituição mediante a performance da carteira de recebíveis limitado a 31 de dezembro de 2024. Solicitou também a dispensa extraordinária da obrigação de enquadramento aos limites regulatórios do patrimônio de referência até a conclusão do plano de descontinuidade.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Empresas controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem as empresas conforme estrutura societária apresentada abaixo e descrições a seguir. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a M Pagamentos está sendo apresentada como “Operações Descontinuadas” conforme divulgado na nota explicativa no. 35:



2.1 Empresas controladas—Continuação

2.1.M BANK Participações Ltda. (“M BANK”)

A M BANK opera como *holding* investindo na sociedade M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e na M SERVIÇOS - Administradora de Cartões de Crédito Ltda. Em 30 de junho de 2022, a Companhia cedeu a totalidade de suas 233.095.596 quotas da M SERVIÇOS para a M BANK, com efeito contábil a partir de 1º de julho de 2022.

2.2. M SERVIÇOS Ltda. (“M SERVIÇOS”)

A M SERVIÇOS tem por objetivo principal a administração de parcerias.

2.3. M PAGAMENTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“M PAGAMENTOS”)

A M PAGAMENTOS tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, administrava o cartão *private label* Marisa e concedia empréstimos para pessoas físicas. A partir 31 de dezembro de 2023, a operação está sendo descontinuada, conforme descrito na nota explicativa no. 35.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. REGISTRADA Marcas, Patentes e Royalties S.A (“REGISTRADA”)

A REGISTRADA opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS’s) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras consolidadas, estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 09 R1 aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.1. Avaliação acerca da continuidade das operações

A Companhia e suas controladas reconheceram um prejuízo do exercício de R\$ 315.784 sendo R\$259.468 das operações continuadas (R\$ 520.752 e R\$ 350.987 em 31 de dezembro 2023, respectivamente), e o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 333.717 na controladora e R\$ 308.378 no consolidado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos de curto prazo e empréstimos e financiamentos, conforme os prazos divulgados na Nota Explicativa nº 16.

Foi realizado um aumento de capital social no montante de R\$617.146, mediante a emissão para subscrição particular de 444.887 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço por ação de R\$1,40. O preço de emissão foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das S.A., levando-se em consideração o preço das ações de emissão da Companhia no fechamento do pregão da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 7 de junho de 2024, com deságio de 18,6%. A totalidade do capital foi integralizada em 16, 19, 25, 26 e 29 de julho de 2024 e 1 de agosto de 2024, somando R\$ 2.344.828.

No quarto trimestre de 2024, celebramos um marco transformador: o retorno à lucratividade, consolidando os resultados de uma reestruturação bem-sucedida e um novo momento para a Marisa.

Esse avanço expressivo reflete a eficiência comercial, medida pelo aumento da Receita Líquida, e operacional com a maior diluição das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas, cuja participação na Receita Líquida Consolidada apresentou redução de 18 pontos percentuais, ante o 4T23.

Apresentamos uma redução significativa em nossa dívida líquida, que totalizou R\$ 31.116 no encerramento de 2024. Dessa forma, podemos afirmar que a Marisa está financeiramente sólida e solvente com alta capacidade de cumprir seus compromissos financeiros. Esse cenário reflete a boa gestão financeira que empreendemos, minimizando o risco para credores e investidores.

Voltamos, depois de vários trimestres à geração de resultados positivos, apurando Lucro Líquido Consolidado de R\$ 5.781 mil, comparado ao Prejuízo Líquido de R\$ 112 milhões registrado no 4T23. As transformações da Marisa também produziram efeitos positivos no desempenho consolidado de 2024. Conseguimos reduzir o Prejuízo Líquido Consolidado em aproximadamente R\$ 200 milhões na comparação com 2023.

Esses resultados são muito significativos. Não somente porque revertem um longo período de prejuízos acumulados, mas também comprova a eficácia das estratégias que adotamos e reafirma o compromisso com o crescimento sustentável e rentável para os acionistas.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Através desses resultados, a Companhia está reforçando seu caixa e uma estrutura consolidada para a sua continuidade operacional. Adicionalmente, na Nota Explicativa 1.2 do mesmo documento, informamos que liquidamos, em janeiro de 2025, todas as obrigações financeiras da operação em descontinuidade M Pagamentos, e em 28 de fevereiro, obtivemos a aprovação do Banco Central para o encerramento da autorização de funcionamento da financeira.

3.2 Aprovação das demonstrações financeiras individuais consolidadas

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2025.

4. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas e apresentadas em suas respectivas notas explicativas.

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.2 Base de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da Controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

4.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo Marisa (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

4.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas alteradas e interpretações efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. Uma série de outras revisões de normas e interpretações estão em andamento pelo IASB e a Companhia as avaliará oportunamente.

Mudanças nas principais políticas contábeis

- Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas no ano de 2024 porém nenhuma delas geraram impactos nos processos da Companhia, abaixo relação:
- Contratos de Seguro – modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras (Alterações à IFRS 17/CPC 50);
- Alteração na norma IAS 08/ CPC 23 – políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro. Esclarecem a definição entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erro.
- Alterações ao IAS 1/ CPC 26(R1) – apresentação das demonstrações contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais”.
- Alteração ao IAS 12/CPC 32- Tributos sobre o Lucro, sobre imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação. Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.
- Alteração ao IAS 12/CPC 32- Tributos sobre o Lucro, sobre reforma tributária internacional, regras e modelo do pilar dois. As alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Alteração na norma IFRS 16/ CPC 06 – Arrendamentos, para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
- Alteração na norma IAS 01/ CPC 26(R1) – apresentação das demonstrações contábeis, sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.
- Alteração na norma IFRS 7/ CPC 40(R1) – Instrumentos Financeiros e IAS 7/CPC 03(R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Base de consolidação.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Normas não vigentes

- Exigências de divulgações de informações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) IFRS S1 e IFRS S2 - Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023 (“Resolução 193”), a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional: IFRS S1 (General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade; IFRS S2 (Climate-related Disclosures) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima e incorpora as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (“TCFD”) e métricas derivadas dos padrões SASB que se referem à aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

- Emenda CPC nº 18 (R3)/IAS 28 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

A Resolução CVM nº 211 incorporou ao texto do CPC 18 (R3) /IAS 28 a utilização do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6404/76 e, por ter relação com as Demonstrações Individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, não haverá impactos para Companhia, pois atualmente aplicamos o método MEP na mensuração dos investimentos da Companhia.

- ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não haverá impactos para Companhia.

- Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas.

- Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Visa promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os impactos da norma.

- Emenda OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.

A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e estamos avaliando os impactos da norma.

- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R21 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Principais aspectos

IFRS S1 – Devem ser divulgadas quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos;

IFRS S2 -Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição.

¹ IFRB 2023/08 IASB Issues Amendments to IAS 21 - Lack of Exchangeability ([link](#))

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As companhias poderão adotar a divulgação em caráter voluntário a partir de janeiro de 2024.

A Administração da Companhia e suas controladas realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026 conforme estabelecido na Resolução 193 da CVM.

5. Principais estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se nas experiências históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A elaboração das demonstrações financeiras também requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração do Grupo

Marisa em relação ao futuro, que impactam sobre questões incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024, foram as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 22 de abril de 2024.

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

6.1 Política contábil de caixa e equivalentes

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5.495	6.247	5.494	6.250
Bancos conta movimento	2.937	3.105	2.975	3.112
Aplicações financeiras (6.3)	82.135	81.493	83.583	82.966
	90.567	90.845	92.052	92.328
Caixa e equivalente de caixa atribuível a operação descontinuada - nota 35			49.902	103.177
Caixa equivalente de caixa apresentado na demonstração do fluxo de caixa	90.567	90.845	141.954	195.505

6.3. Composição das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Operações compromissadas CDB (i)	16.185	3.028	17.095	4.501
Operações compromissadas DI (ii)	65.950	78.465	66.488	78.465
	82.135	81.493	83.583	82.966

(i) Referem-se às aplicações compromissadas com lastro em CDB, onde há compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2024, as operações apresentaram remuneração média de 98,51% na controladora e 98,51% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (110,50% na controladora e 110,10% no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Referem-se a aplicações compromissadas com lastro de títulos privados na controladora e na M SERVIÇOS. No período findo em 31 de dezembro de 2024, as operações apresentaram remuneração média de 69,99% do CDI (77,36, 30% do CDI para títulos públicos em 31 de dezembro de 2023).

6.4. Composição de títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimentos	-	-	-	500
Aplicações em CDB (i)	1.452	6.615	1.452	6.748
	1.452	6.615	1.452	7.248
Ativo circulante	-	4.657	-	4.657
Ativo não circulante	1.452	1.958	1.452	2.591
	1.452	6.615	1.452	7.248

(i) Em 31 de dezembro de 2024, referem-se às aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB), cuja remuneração média foi de 100,00% do CDI para a Controladora e 100,09% do CDI para o Consolidado. Tais recursos foram dados em garantia nas operações de financiamento e fiança bancária da Controladora, junto aos bancos, Banco Industrial, Daycoval; e na controlada registrada, junto ao Banco ABC, conforme NE 6.4. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média foi de 77,36% do CDI (controladora) e 77,40% do CDI (Consolidado), dados em garantia na operação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, Banco ABC, Banco Alfa, Banco Daycoval, e dados em garantia em carta fiança Banco Itaú e Banco Safra.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.5. Risco de crédito

Conforme política financeira da Companhia, os valores registrados como equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são aplicados em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional, classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

7. Contas a receber de clientes

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito e débito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelos valores faturados, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média do custo de captação da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos.

A Administração avaliava constantemente a qualidade e rentabilidade de suas carteiras, através da utilização de um modelo de concessão de crédito e de cobrança mais eficientes, com ajustes de limites de crédito e taxas de desconto, em um cenário de maior inadimplência.

7.2 Composição das carteiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cartões de crédito e débito - terceiros (i)	29.793	63.962	29.793	63.962
Outras contas a receber	-	4.191	-	7.297
Ajuste a valor presente	-	(1.381)	-	(1.381)
Perdas de crédito esperadas	-	-	-	(2.359)
	29.793	66.772	29.793	67.519
Circulante	29.793	66.772	29.793	67.519
	29.793	66.772	29.793	67.519

(i) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito e débito, cujo recebimento em até 90 dias corresponde a 100,00% do total em 31 de dezembro de 2024 (95,79% em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o valor de R\$3.532 (R\$10.084 em 31 de dezembro de 2023) dados em garantia nas operações de empréstimos junto ao banco ABC e Bradesco.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes - continuação

7.3 Perdas de crédito esperadas

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas em contrapartida das perdas de crédito esperadas, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidas em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

Movimentação

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(153.938)
(Constituições)/reversões	33.271
Operações descontinuadas	102.497
Créditos baixados definitivamente	<u>15.811</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(2.359)</u>
(Constituições)/reversões	2.359
Créditos baixados definitivamente	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>-</u></u>

7.4 Aging da carteira - Cartão de crédito de terceiros.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer:		
Até 30 dias	26.934	32.406
De 31 a 60 dias	2.438	13.297
De 61 a 90 dias	344	4.056
De 91 a 180 dias	76	15.416
Acima de 181 dias	-	7
Soma do saldo a vencer	29.792	65.182
Percentual sobre a carteira total	100%	98%
Vencidas:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 120 dias	-	-
De 121 a 150 dias	-	-
De 151 a 180 dias	-	-
De 181 a 240 dias	-	-
De 241 a 300 dias	1	-
De 301 a 360 dias	-	1.590
Total do saldo vencidas	1	1.590
Percentual sobre a carteira total	0%	2%
Total dos saldos a vencer e vencidas	29.793	66.772

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7.4. Aging da carteira - Cartão de crédito de terceiros - Continuação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer:		
Até 30 dias	26.934	32.406
De 31 a 60 dias	2.438	13.297
De 61 a 90 dias	344	4.056
De 91 a 180 dias	76	15.416
Acima de 181 dias	-	7
Soma do saldo a vencer	29.792	65.182
Percentual sobre a carteira total	100%	98%
De 301 a 360 dias	1	2.337
Total do saldo vencidas	1	2.337
Percentual sobre a carteira total	0%	4%
Total dos saldos a vencer e vencidas	29.793	67.519

8. Estoques

8.1. Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

8.2. Composição

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	275.222	154.255
Provisões para perdas dos estoques	(16.592)	(13.442)
Ajuste a valor presente	(6.240)	(3.156)
Mercadorias para revenda, líquidas	252.390	137.657
Importação em andamento	(579)	4.598
Estoque de material de consumo e embalagem	8.290	3.345
	260.101	145.600

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8.3. Provisão para perdas em estoques

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.542)
Provisão constituída	(21.524)
Baixa de provisão	20.624
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(13.442)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.442)
Provisão constituída	(9.500)
Baixa de provisão	<u>6.350</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(16.592)</u>

9. Tributos a recuperar

9.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados às atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não são apropriados aos custos dos estoques e a Companhia adota os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

9.2. Composição

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)		5.670	14.900	5.670	14.900
Imposto de renda sobre aplicação Financeira		2.784	14.921	3.416	16.457
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar (IRPJ e CSLL)	9.2.2	190.780	172.826	212.496	209.898
INSS a Compensar (INSS)		149		149	
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		1.216	2.488	3.237	4.662
Provisão de Baixa de IRPJ		-	(8.479)	-	(24.673)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9.2.1	446.978	434.542	447.008	434.542
Programa de Integração Social (PIS)	9.2.1	97.075	90.325	97.082	90.325
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		775	958	775	958
Outros (i)		<u>1.553</u>	<u>1.920</u>	<u>1.553</u>	<u>1.921</u>
		746.980	724.401	771.386	748.990
Ativo circulante		71.039	90.256	95.445	114.845
Ativo não circulante		<u>675.941</u>	<u>634.145</u>	<u>675.941</u>	<u>634.145</u>
		746.890	724.401	771.386	748.990

(i) Refere-se substancialmente ao crédito de INSS sobre salário maternidade e salário doença/seguro, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9.2.3.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.2.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - Controladora

Em março de 2019, foi deferido o pedido de habilitação dos créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desses créditos é de R\$544.053 (R\$498.625 em 31 de dezembro de 2023). Em 25 de outubro de 2023 a Companhia iniciou o processo de conversão de parte desse crédito em títulos de crédito público (precatórios), o processo ainda se encontra em andamento. Em 08 de novembro de 2023, a Companhia captou R\$ 55.000 junto ao BTG com garantia de parte destes créditos tributários, no montante de R\$ 327.263, conforme nota 16.2.

9.2.2. Imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") - Controladora

9.2.2.1 *Ausência de incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização SELIC sobre impostos pago a maior*

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou em decisão plenária, por unanimidade, o mérito de tema com repercussão geral pela não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário - Tema nº 962, RE nº 1.063.187.

Em 3 de outubro de 2018, a Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando o reconhecimento da não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, tendo em vista a sua natureza indenizatória, aplicados sobre as repetições de indébito tributário em que houve ganho de causa a favor da Companhia.

Diante deste cenário, na medida em que há probabilidade de êxito favorável em decorrência da decisão do STF, e com base nas definições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia procedeu o registro de R\$90.046. Os referidos créditos de IR e CSLL foram registrados no resultado do terceiro trimestre de 2021 na linha de imposto de renda e contribuição social corrente no montante de R\$88.243 e na linha de receita financeira no montante de R\$1.803 em contrapartida ao montante de tributos a recuperar no longo prazo. O saldo em 31 de dezembro 2024 é de R\$190.780 (R\$172.826 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia aguarda a definição do pleito dos elementos necessários quanto às circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto, que possibilitem a certeza, quanto aos créditos tributários a serem disponibilizados para utilização, na falta do efeito vinculante da decisão do STF. A compensação se dará após o trânsito em julgado de seu processo judicial e posterior habilitação do crédito pela autoridade fiscal. A controlada M Serviços, possui créditos de IRPJ e CSLL de R\$ 42.828 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 36.389 em 31 de dezembro de 2023).

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.3. Plano de compensação dos tributos a recuperar - não circulante

A Companhia realizou um estudo com base nos últimos recolhimentos de PIS e COFINS, além de considerar também as projeções orçamentárias para o próximo exercício. E a expectativa de realização dos valores relativos aos créditos fiscais, oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e demais créditos de PIS e COFINS, assim sendo, a expectativa de compensação desses créditos está relacionada a seguir:

<u>Anos</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Percentual</u>
De 13 a 24 meses	46.576	9,4%
De 25 a 36 meses	50.302	10,1%
Acima de 36 meses	447.175	80,5%
	544.053	100%

Em 25 de outubro de 2023 a companhia optou pelo processo judicial para conversão do crédito em precatórios junto a Receita Federal do Brasil, de parte do crédito da ação transitada em julgado relativa a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R\$ 302.004, valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 R\$ 486.299. A Administração não tem indícios e expectativas da não realização dos créditos tributários.

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1 Política contábil

10.1.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para a Controlada Registrada, o regime de apuração utilizado é o lucro presumido. Para as demais empresas, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas com base no regime de lucro real anual.

10.1.2 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre os lucros diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

10.2 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Periodicamente, a Companhia revisa os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da Controladora e de suas controladas. Na revisão das estimativas da Controladora referente aos saldos de ativos fiscais diferidos, realizada em exercícios anteriores, a Companhia observou que um dos fatores mais relevantes para fins orçamentários estava relacionado à elaboração das projeções de receita, que vinha apresentando resultados históricos abaixo do orçado.

Diante disso, a Companhia entendeu que o histórico de prejuízos recorrentes se tornou a evidência mais substancial para determinar se ativos fiscais diferidos são realizáveis na medida em que existirão resultados tributáveis futuros, já que as metas para alcançar lucros fiscais não estavam sendo atingidas. Dessa forma, a Companhia decidiu por realizar a baixa integral do prejuízo fiscal e base negativa de imposto de renda e contribuição social, bem como as diferenças temporárias da Controladora Marisa S.A. em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o estudo foi revisitado e a conclusão permaneceu a mesma.

A Companhia revisou os saldos de composição e projeção de orçamento para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos da sua controlada M SERVIÇOS. Na revisão das estimativas referente aos saldos de ativos fiscais diferidos, incluindo as parcerias do Hub de Serviços, tais como, Rede Mais, Assurant, Sulamérica e Credsystem, notou-se a possibilidade de constituição do imposto de renda e contribuição social diferido, com base nas projeções de resultado para os próximos 10 anos. Em 31 de dezembro de 2024 este saldo representava R\$ 60.765 (R\$ 75.233 em 31 dezembro de 2023). A Administração avaliou a necessidade de impairment deste saldo e concluiu que o mesmo está em linha com a projeção de orçamento aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2024.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.3 Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal	567.257	486.686	601.721	516.219
Base negativa de CSLL	204.212	178.144	218.504	199.006
Provisão para riscos	32.524	66.871	41.352	77.518
Receita diferida – parcerias	-	-	3.591	4.957
Perdas de crédito esperadas	-	-	-	944
Provisão para perdas nos estoques	5.641	4.570	5.641	4.570
Provisões contas a pagar	7.558	24.073	8.406	32.365
Remuneração variável	4.031	1.581	4.031	1.689
Provisão de alugueis	1.422	2.733	1.422	2.733
Ajuste a valor presente	(1.669)	(1.586)	(1.669)	(1.586)
Outros	(24)	168	(1.281)	58
Baixa de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa	(771.469)	(664.830)	(771.469)	(664.830)
Baixa de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias	(49.483)	(98.410)	(49.484)	(98.410)
	-	-	60.765	75.233
Classificados como:				
Ativo não circulante		-	60.765	75.233
		-	60.765	75.233

10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos, por entender não ser provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização de seus benefícios, conforme demonstrado a seguir:

Base	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito Tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	145.541	49.484	289.442	98.410
Prejuízos fiscais acumulados	2.269.028	771.470	1.963.064	667.442
	2.414.569	820.954	2.252.506	765.852

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.5 Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(258.681)	(358.744)	(359.368)	(433.487)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social sobre as operações descontinuadas	(62.252)	(169.765)	(62.252)	(99.020)
	(320.933)	(528.509)	(421.620)	(532.507)
Prejuízo antes do Imposto de Rende e da contribuição social	(320.933)	(528.509)	(421.620)	(532.507)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota nominal	109.117	179.693	143.351	181.052
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(21.457)	(47.384)	-	-
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira M PAGAMENTOS e MSERVIÇOS (i) Nota 35	-	-	(21.166)	7.003
Outras (adições) exclusões permanentes	(10.580)	6.485	(9.637)	(7.634)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base nolucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real		-	-	-
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo		-	-	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais do período, para os quais não foram registrados, em virtude de não haver evidências sobre sua realização:				
Diferenças temporárias	49.670	(34.094)	57.678	(42.702)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos não reconhecidos	(126.750)	(104.533)	(170.238)	(99.762)
Baixas de IR e CS diferidos e outras adições	-	7.757	(14.469)	(25.926)
Constituição de IR e CS Diferidos – anos anteriores	-	-	-	(277)
	-	7.924	(14.481)	11.754
Imposto de renda e contribuição social efetivos				
Correntes	35	7.757	(12)	7.267
Diferidos	35	-	(14.469)	75.233
	-	-	(14.481)	82.500
Imposto de renda e contribuição social efetivos Diferido	35			(70.745)

(i) A diferença de alíquota da CSLL é decorrente da consolidação dos saldos das controladas indiretas M PAGAMENTOS e M SERVIÇOS, a qual possuem 15% em consonância a Medida Provisória 1.034/2021.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11 Partes relacionadas

11.1 Política contábil

A Companhia aplica as normas contábeis relativas a partes relacionadas na identificação e contabilização das referidas transações; saldos existentes, incluindo compromissos, entre a entidade que reporta a informação e tais partes relacionadas, e na determinação das divulgações a serem feitas acerca dessas transações.

Tais transações e saldos existentes com outras entidades do Grupo são divulgadas em destaque nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Transações e saldos intercompanhias existentes são eliminados, exceto em relação àqueles entre a entidade (enquanto investidora) e suas controladas, as quais são mensuradas e registradas pelo valor justo por meio de resultado na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A demonstração do resultado e o balanço patrimonial da entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas mesmo que não ocorram transações entre elas. A mera existência do relacionamento pode ser suficiente para afetar as transações da entidade com outras partes.

Em sua operação regular, a Companhia possui transações com entidades do mesmo grupo econômico, destacando-se:

- 11.1.1 Operações de venda a prazo no cartão de crédito, comercialização de seguros e outros serviços, assim como concessão de empréstimos pessoais são realizados nas dependências das lojas da Companhia;
- 11.1.2 As despesas administrativas do Grupo incorridas são compartilhadas entre as entidades e posteriormente rateadas, respeitando a vigência dos contratos firmados entre as partes;
- 11.1.3 Aluguéis devidos pela Companhia às empresas do Grupo;
- 11.1.4 Adiantamentos recebidos com posterior distribuição de dividendos.
- 11.1.5 Antecipação de recebíveis sob a modalidade de cessão de créditos e outras avenças.
- 11.1.6 Mútuos entre as empresas.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 Composição

11.2.1. Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora. Os detalhes estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo circulante:</u>		
M SERVIÇOS Ltda.		
Despesas compartilhadas e outros (ii)	26	(1.751)
M PAGAMENTOS S.A.-Crédito, Financiamento e Investimento		
Despesas compartilhadas (ii)	-	3.040
	<u>26</u>	<u>1.289</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
M SERVIÇOS Ltda		
Contrato de Mútuo (i)	26.434	-
TOTAL DO ATIVO	26.460	1.289
<u>Passivo circulante:</u>		
M SERVIÇOS Ltda.		
Despesas compartilhadas e outro (ii)	(80)	(111)
M PAGAMENTOS S/A-Crédito, financiamento e Investimento		
Repasse de despesas	-	-
Repases de recebimento de fatura (iii)	-	(356)
	<u>(80)</u>	<u>(467)</u>
M PAGAMENTOS S.A-Crédito, Financiamento e Investimento		
Taxa de cartão de crédito (iv)	-	(428)
TOTAL DO PASSIVO	<u>(80)</u>	<u>(895)</u>

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.2.2 Saldos e transações eliminados na consolidação - Continuação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo circulante:</u>		
M PAGAMENTOS S.A.-Crédito, Financiamento e Investimento	54	3.040
Marisa Lojas S.A.	-	1.759
	54	4.799
<u>Passivo circulante:</u>		
M SERVIÇOS Ltda.(ii)	(26.434)	(25.492)
	(26.434)	(25.492)
<u>Passivo não circulante:</u>		
M SERVIÇOS Ltda.(i)	-	-
	-	-
TOTAL DO PASSIVO	(26.434)	(25.492)
<u>Controladora</u>		
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Resultado:</u>		
M SERVIÇOS Ltda.		
Prestação de serviços – vendas	-	457
	-	457
M PAGAMENTOS S.A.-Crédito, Financiamento e Investimento		
Prestação de serviço – vendas	-	4.483
Correspondente bancário	-	(16)
	-	4.924

- (i) Refere-se ao valor a receber do contrato de mútuo entre Marisa e MServiços.
- (ii) Refere-se às despesas administrativas do Grupo incorridas que são compartilhadas e rateadas entre a Companhia e suas controladas, conforme contratos firmados entre as partes.
- (iii) Refere-se ao repasse em aberto entre Marisa e M SERVIÇOS referente a recebimentos de fatura em loja, em 2024 não temos repasse de fatura porque a M Pagamentos está em operação descontinuada.
- (iv) Refere-se a taxas administrativas de cartões de créditos cobrada pela M Pagamentos da controladora Marisa. A partir de 15 de novembro de 2023 a operação foi totalmente transferida para a Credsystem.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.2.3. Composição das operações com outras partes relacionadas - transações não consolidadas

Os saldos oriundos das transações entre a Companhia e partes relacionadas, os quais não são eliminados de acordo com as normativas contábeis requeridas para partes relacionadas não controladas, referem-se aos contratos de aluguéis e estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo não circulante (Ativo de direito de uso):</u>		
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	114.033	120.941
	114.033	120.941
<u>Passivo circulante e não circulante (Arrendamentos a pagar):</u>		
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	134.222	132.589
	134.222	132.589
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Resultado:</u>		
Mareasa Participações Ltda.	-	116
Fundo de Investimento Imobiliário Brasil Varejo	19.570	30.173
	-	30.289

A Companhia possui contratos de locação de imóveis junto a partes relacionadas para determinadas lojas as quais são demonstradas em conjunto com demais contratos com terceiros na nota explicativa nº 14.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com terceiros.

11.3 Remuneração da Administração da Companhia

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2024, foi fixado o limite de remuneração global dos Administradores em até R\$15.844 para o exercício social de 2024.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado e está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Conselho de Administração e Comitê de Auditoria	1.836	1.726
Diretoria	8.207	9.810
Benefícios de curto prazo	422	301
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo e outros	235	4.041
	10.700	15.878

12 Investimentos

12.1. Política contábil

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

12.2. Composição

Participação %	31/12/2024						
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo)	Total do investimento	Resultado da equivalência	
M SERVIÇOS	38%	96.043	71.008	25.035	(1.614)	9.514	(613)
M BANK							
Participações (i)	100%	24.635	2	24.633	(57.345)	24.633	(57.345)
Registrada	100%	1.684	36	1.648	(199)	<u>1.648</u>	<u>(199)</u>
						<u>35.795</u>	<u>(58.157)</u>
M Pagamentos(Nota 35)							
AFAC – M Pagamentos	100%	74.480	65.418	9.062	(56.316)	9.062	(56.316)
						10.000	-
Participação %	31/12/2023						
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo)	Total do investimento	Resultado da equivalência	
M SERVIÇOS	38%	174.237	147.589	26.648	29.039	10.126	-
M BANK							
Participações (i)	100%	16.603	2	16.600	17.978	16.600	(19.542)
Registrada	100%	1.857	10	1.847	1.389	<u>1.847</u>	<u>1.371</u>
						<u>28.573</u>	<u>(18.171)</u>
M Pagamentos(Nota 35)							
	100%	500.845	455.466	45.379	(169.765)	45.379	(12.975)

(i) Os saldos apresentados referem-se aos números consolidados da M Bank Participações e M SERVIÇOS, subtraído da Mpagamentos conforme nota 35..

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Movimentação dos investimentos em controladas

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.564
Aumento de Capital de Controladas	213.000
Participação no resultado das controladas	(93.985)
Dividendo Recebido	(4.250)
Operação Descontinuada (35)	(45.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>73.952</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.952
AFAC em Controladas	10.000
Aumento de Capital M Pagamentos	20.000
Participação no resultado das controladas	(1.841)
Operação descontinuada (35)	(56.316)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>45.795</u>

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

12.4. Informações financeiras resumidas das controladas

		31/12/2024			
		M SERVIÇOS	M BANK Participações	Registrada	Total
<u>Balanco patrimonial</u>					
	Ativo circulante	29.716	47	1.684	31.447
	Ativo não circulante	66.326	19.438	-	85.764
	Passivo circulante	16.069	2	36	16.107
	Passivo não circulante	54.939	-	-	54.939
	Patrimônio líquido	25.034	19.483	1.648	46.165
<u>Demonstração do resultado</u>					
	Receita líquida	11.643	-	-	11.643
	Lucro (prejuízo) do exercício	(1.614)	(1.029)	(199)	(2.842)
	Operação descontinuada	35	(56.316)	-	(56.316)
		M SERVIÇOS	M BANK Participações	Registrada	Total
<u>Balanco patrimonial</u>					
	Ativo circulante	47.027	78	1.224	48.329
	Ativo não circulante	127.210	61.902	633	189.745
	Passivo circulante	63.430	2	10	63.442
	Passivo não circulante	84.159	0	-	84.159
	Patrimônio líquido	26.648	61.978	1.847	90.473
<u>Demonstração do resultado</u>					
	Receita líquida	76.772	-	1.479	78.251
	Lucro (prejuízo) do exercício	29.038	17.978	1.389	48.405
	Operação descontinuada	35	(169.764)	-	(169.764)

13 Imobilizado e intangível

13.1. Política contábil

13.1.1 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.1. Política contábil--Continuação

13.1.1. Imobilizado--Continuação

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou nenhum indicativo relevante que requeresse reavaliação da vida útil dos seus ativos imobilizados.

13.1.2. Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador (“*software*”) e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Os gastos com desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

13.1.2.1 É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;

13.2.2.2 A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;

13.2.2.3 O *software* pode ser vendido ou usado;

13.2.2.4 Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;

13.2.2.5 Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;

13.2.2.6 O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurados com segurança

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.1 Política contábil--Continuação

13.1.2. Intangível--Continuação

Os gastos com desenvolvimento de *software* são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, a qual é reavaliada anualmente. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou nenhum indicativo relevante que requeresse reavaliação da vida útil dos seus ativos intangíveis. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de locação são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação.

13.1.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas.

13.2. Composição do imobilizado

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	257.481	(235.946)	21.535	254.527	(229.727)	24.800
Benfeitorias em imóveis de terceiros	577.714	(561.711)	16.003	576.335	(557.444)	18.891
Equipamentos de informática	136.911	(131.898)	5.013	134.707	(129.016)	5.691
Móveis e utensílios	195.541	(182.515)	13.026	194.976	(177.302)	17.674
Outros	4.888	(4.192)	696	4.888	(4.024)	864
	1.172.535	(1.116.262)	56.273	1.165.433	(1.097.513)	67.920

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	258.343	(236.583)	21.760	255.389	(230.317)	25.072
Benfeitorias em imóveis de terceiros	578.592	(562.580)	16.012	577.213	(558.310)	18.903
Equipamentos de informática	145.560	(140.409)	5.151	143.341	(137.479)	5.862
Móveis e utensílios	197.153	(184.003)	13.150	196.588	(178.755)	17.833
Imobilizado em andamento e outros	5.382	(4.685)	697	5.382	(4.512)	870
	1.185.030	(1.128.260)	56.770	1.177.913	(1.109.373)	68.540

13.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado

	Controladora						
	Taxa média anual %	31/12/2023					31/12/2024
		Adições	Baixas	Depreciação			
Instalações	10	24.800	3.009	(55)	(6.219)	21.535	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	18.891	1.425	(46)	(4.267)	16.003	
Equipamentos de informática	20	5.691	2.209	(5)	(2.882)	5.013	
Móveis e utensílios	10	17.674	766	(202)	(5.213)	13.025	
Imobilizado em andamento e outros	10	864	-	-	(167)	697	
		67.920	7.409	(308)	(18.748)	56.273	

	Consolidado						
	Taxa média anual %	31/12/2023					31/12/2024
		Adições	Baixas	Depreciação			
Instalações	10	25.072	3.009	(55)	(6.266)	21.760	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	18.903	1.425	(46)	(4.270)	16.012	
Equipamentos de informática	20	5.862	2.224	(5)	(2.930)	5.151	
Móveis e utensílios	10	17.833	767	(202)	(5.248)	13.150	
Imobilizado em andamento e outros	10	870	-	-	(173)	697	
		68.540	7.425	(308)	(18.887)	56.770	

(i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco e dez anos.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

12.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado—Continuação

Controladora

	Taxa média anual %	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação (ii)	(Provisão) Reversão ao valor recuperável (iii)	Transferência	31/12/2023
Instalações	10	35.330	2.276	(9.832)	(10.076)	8.915	(1.813)	24.800
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	19.512	2.732	(3.704)	(2.626)	1.521	1.456	18.891
Equipamentos de informática	20	6.939	324	(64)	(2.567)	828	231	5.691
Móveis e utensílios nobilitado em andamento e outros	10	19.904	448	(1.679)	(6.772)	5.037	736	17.674
	10	3.118	-	(285)	(272)	(1.697)		864
		84.803	5.780	(15.564)	(22.313)	14.604	610	67.920

Consolidado

	Taxa média anual %	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação (ii)	(Provisão) Reversão ao valor recuperável (iii)	Transferência	31/12/2023
Instalações	10	36.097	2.276	(9.832)	(10.140)	8.484	(1.813)	25.072
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	19.526	2.732	(3.704)	(2.628)	1.521	1.456	18.903
Equipamentos de informática	20	7.161	324	(64)	(2.617)	827	231	5.862
Móveis e utensílios	10	20.101	448	(1.679)	(6.812)	5.039	736	17.833
Imobilizado em andamento e outros	10	3.156	-	(285)	(280)	(1.721)		870
		86.041	5.780	(15.564)	(22.477)	14.150	610	68.540

(i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco e dez anos.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.4. Composição do intangível

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
<i>Software</i>	411.994	(378.316)	33.678	411.972	(360.756)	51.216
Fundo de comércio	46.092	(45.867)	225	46.092	(45.608)	484
Direitos de uso de infraestrutura	20.576	(20.576)	-	20.576	(20.576)	-
Outros intangíveis	66	-	66	66	-	66
Marcas e Patentes	62	-	62	62	-	62
	478.790	(444.759)	34.031	478.768	(426.940)	51.828

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
<i>Software</i>	437.879	(400.800)	37.079	437.879	(382.593)	55.286
Fundo de comércio	46.092	(45.867)	225	46.092	(45.607)	485
Direitos de uso de infraestrutura	20.576	(20.576)	-	20.576	(20.576)	-
Intangível em andamento e outros	68	-	68	68	-	68
Marcas e Patentes	63	-	63	63	-	63
	504.678	(467.243)	37.435	504.678	(448.776)	55.902

13.5 Movimentação do valor contábil líquido do intangível

	Taxa média anual %	Controladora				
		31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024
		<i>Software</i>	19	51.216	22	-
Fundo de comércio (i)	(ii)	484	-	-	(259)	225
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	-	-	-	-	-
Intangível em andamento e outros	(iii)	66	-	-	-	66
Marcas e patentes	-	62	-	-	-	62
		51.828	22	-	(17.819)	34.031

	Taxa média anual %	Consolidado				
		31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024
		<i>Software</i>	20	55.286	1.167	-
Fundo de comércio (i)	(ii)	485	-	-	(259)	226
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	-	-	-	-	-
Intangível em andamento e outros	(iii)	68	-	-	-	68
Marcas e patentes	-	63	5	-	-	68
Operação descontinuada	35	-	-	-	-	-
		55.902	1.172	-	(19.639)	37.435

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado e intangível--Continuação

13.5. Movimentação do valor contábil líquido do intangível--Continuação

	Taxa média anual %	Controladora						31/12/2023
		31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Reversão (Provisão) ao valor recuperável	Transferência	
Software	20	35.932	66	(13)	(18.590)	1.091	32.730	51.216
Fundo de comércio (i)	(ii)	862	-	(140)	(524)	286	-	484
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	31	-	-	(31)	-	-	-
Intangível em andamento e outros	(iii)	30.591	3.168	(728)	-	375	(33.340)	66
Marcas e patentes	-	62	-	-	-	-	-	62
		67.478	3.234	(881)	(19.145)	1.752	(610)	51.828

	Taxa média anual %	Consolidado						31/12/2023
		31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Reversão (Provisão) ao valor recuperável	Transferência	
Software	20	46.302	666	(13)	(20.922)	1.091	32.730	55.286
Fundo de comércio (i)	(ii)	862	-	(140)	(523)	286	-	485
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	31	-	-	(31)	-	-	-
Intangível em andamento e outros	(iii)	30.591	3.168	(728)	-	372	(33.341)	63
Marcas e patentes	-	68	-	-	-	-	-	68
Operação Descontinuada	35	4.568	-	(3.197)	(1.371)	-	-	-
		77.854	3.834	(4.078)	(22.847)	1.749	(610)	55.902

(i) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes às lojas localizadas em shoppings.

(ii) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco e dez anos para ambos os períodos/exercícios.

(iii) Refere-se ao desenvolvimento em andamento das plataformas digitais do varejo como o aplicativo, sistemas relacionados à multicanalidade, desenvolvimentos e atualizações do SAP, robotização e automação em andamento de atividades, entre outros.

13.6. Movimentação da provisão ao valor recuperável - Controladora e Consolidado

A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva. A Companhia também registra provisão para redução ao valor recuperável quando planos de fechamento de lojas são aprovados pela Administração. Com base nessas análises, a Companhia não efetuou provisão em 31 de dezembro de 2024.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(675)
Provisão constituída	-
Baixa de provisão	675
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A IFRS 16/NBC TG06 (R3) substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendatários passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor.

A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo:

- (i) Taxas nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo;
- (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e
- (iii) O cálculo da renovatória é considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos são considerados apenas o prazo residual vigente.

A Companhia entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de locação atualizados pela inflação em bases anuais), deveria adotar, para fins de registro contábil, a taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, bem como pelo Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/20.

A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, a modelagem destacada na norma e a modelagem entendida como *benchmarking* pelos órgãos reguladores.

14.1. Taxa de desconto

Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Companhia se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas captações a mercado realizadas pelas empresas do Grupo. A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

<u>Contratos por prazo e taxa de desconto</u>	<u>Taxa média a.a. (%)</u>
<u>Prazos contratos</u>	
Até 3 anos	16,27%
De 3 a 7 anos	16,27%
De 7 a 15 anos	17,53%

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	535.990	536.132
Depreciação do período	(162.955)	(162.947)
Baixas efetivas	-	-
Reversão de provisão ref. encerramentos de lojas	(4.426)	(4.426)
Remensuração	127.983	127.976
Saldos em 31 de dezembro de 2023	496.592	496.735
Saldos em 31 de dezembro de 2023	496.592	496.735
Depreciação do período	(127.807)	(127.817)
Remensuração	76.883	76.875
Saldos em 31 de dezembro de 2024	445.668	445.793

14.3. Movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	588.966	589.111
Juros incorridos	70.757	70.795
Pagamentos	(231.639)	(231.662)
Baixas efetivas	-	-
Reversão de provisão ref. encerramentos de lojas	-	-
Remensuração	127.983	127.976
Saldos em 31 de dezembro de 2023	556.067	556.220
Saldos em 31 de dezembro de 2023	556.067	556.220
Juros incorridos	83.144	83.166
Pagamentos	(200.269)	(200.295)
Remensuração	76.883	76.876
Saldos em 31 de dezembro de 2024	515.825	515.967
Circulante	107.502	107.506
Não circulante	408.323	408.461
	515.825	515.967

14.4. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Vencimento	Controladora	Consolidado
Em até 12 meses	107.501	111.507
De 13 a 24 meses	82.070	82.081
De 25 a 36 meses	29.807	29.818
De 37 a 48 meses	109.689	109.700
Acima de 48 meses	<u>186.758</u>	<u>212.649</u>
	515.825	515.967

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.5. Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de locação que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2024:

	Valor nominal		Ajustado a valor presente	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contraprestação do arrendamento	650.546	650.687	515.825	515.966
PIS e COFINS potencial (9,25%)	60.175	60.189	47.714	47.727

14.6. Demais informações

Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Companhia considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados.

Dessa forma, para resguardar a representação fidedigna da informação e em atendimento ao Ofício Circular CVM SNC/SEP n. 02/2019, apresentamos abaixo os saldos comparativos da controladora:

	Taxa média a.a.	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	15,60%	445.668	455.525
FCD Nominal x Taxa Nominal (<i>Benchmarking</i> CVM)	15,88%	413.692	533.788
Passivo de arrendamento			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		515.825	556.068
FCD Nominal x Taxa Nominal (<i>Benchmarking</i> CVM)		478.815	651.606
Despesa financeira			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		83.144	118.403
FCD Nominal x Taxa Nominal (<i>Benchmarking</i> CVM)		77.179	138.746
Despesa de depreciação			
FCD Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		(127.807)	162.955
FCD Nominal x Taxa Nominal (<i>Benchmarking</i> CVM)		(118.637)	190.952

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

15.1. Política contábil

Os saldos das contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas a valor presente pelo custo médio de captação da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi utilizada para cálculo do ajuste a valor presente de fornecedores, a taxa Selic de 0,93% a.m. (taxa Selic de 0,97% em 31 de dezembro de 2023). O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de “Fornecedores” (retificadora) e tem como contrapartida a conta de “Custo de mercadorias vendidas”.

Em sua relação com seus fornecedores, a Companhia adota como prática a antecipação de recebíveis. Tais operações, cujo objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores, são feitas com recursos do próprio caixa da Companhia. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

15.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadoria para revenda nacional e suprimentos	269.159	437.301	269.159	437.301
Mercadoria para revenda importação	6.264	37.812	6.264	37.812
Serviços	44.856	40.768	46.665	41.052
Outros	358	105	358	593
Ajuste a valor presente	(11.148)	(9.202)	(11.148)	(9.202)
	309.489	506.784	311.298	507.556
Fornecedores	309.489	506.784	311.298	507.556

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1. Política contábil

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser atualizados com base nos encargos financeiros e amortizados, conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

As debêntures emitidas pela Companhia são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração. Tais títulos possuem diferentes níveis de garantia de acordo com as emissões, assim como programa de amortização variável. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional e à vista no ato da subscrição.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.2. Composição

			Controladora
	31/12/2024	31/12/2023	Taxa efetiva
<u>Passivo circulante:</u>			
Resolução nº 4131	545	5.091	100% do CDI + 5,80% a.a. / (i)
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	1.368	16.539	Taxa Pré 15,94% a.a. / (ii)
Cédula de crédito bancário – Diversos	66.711	41.328	Taxa Pré de 10,56% aa e Pós de CDI + 3% a.a. até CDB + 7,31% a.a. / (iii)
Finame	-	62	2,5% a 9,5% a.a.
Debêntures	<u>50.202</u>	<u>53.782</u>	CDI+3% a.a.
Total passivo circulante	<u>118.826</u>	<u>116.802</u>	
<u>Passivo não circulante:</u>			
Debêntures	<u>4.342</u>	<u>100.273</u>	
Total passivo não circulante	<u>4.342</u>	<u>100.273</u>	
	123.168	217.075	
			Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	Taxa efetiva
<u>Passivo circulante:</u>			
Resolução nº 4131	545	5.091	100% do CDI + 5,80% a.a. / (i)
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	1.368	16.539	Taxa Pré 15,94% a.a. / (ii)
Cédula de Crédito Bancário Diversos	66.711	41.328	Taxa Pré de 10,56% aa e Pós de CDI + 3% a.a. até CDB +7,31% a.a. / (iii)
Finame	-	64	2,5% a 9,5% a.a.
Debêntures	<u>50.202</u>	<u>53.782</u>	TJLP + 4% a.a.
Total passivo circulante	<u>118.826</u>	<u>116.804</u>	CDI +3%
<u>Passivo não circulante:</u>			
Debêntures	<u>4.342</u>	<u>100.273</u>	
Total passivo não circulante	<u>4.342</u>	<u>100.273</u>	
	123.168	217.077	

- (i) Em 31/07/2023 houve a repactuação da Res.4131 junto ao Bradesco no valor de R\$ 5.000 com prazo de 18 meses, carência de 06 (seis) meses para o principal e Juros semestrais, vencimento 21/01/2025 e taxa de CDI + 5,80% a.a.
- (ii) Em 21 de maio de 2020, a Companhia efetuou a captação de R\$70.000 através da emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com a Caixa Econômica Federal, com vencimento final em 19 de maio de 2022 e juros de 100% CDI + 4,03% a.a. Em 14 de maio de 2021, houve a novação da operação constituindo o valor atual de R\$50.000 com vencimento em 15 de maio de 2023 e juros 100% CDI + 5,66% a.a. Em 18 de maio 2022, foi realizada uma novação com valor de R\$50.000 e com vencimento em 20 de maio de 2024 e taxa 100% CDI + 5,91% a.a. Em 26/07/2023 foi realizada uma novação no valor de R\$ 18.135 e com vencimento de 26/01/2025 e taxa pré 15,94% a.a.
- (iii) Referem-se a captações mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) em diversos bancos Banco ABC, Banco Industrial, Banco Safra, Banco Daycoval, Banco Bocom BBM, Banco Itaú BBA, com vencimentos entre novembro de 2024 e novembro de 2025 e taxas de 100% do CDI + 3% a 7,31% a.a. e uma captação com juros pré-fixados de 10,56% a.a.
- (iv) Marisa fez a emissão de debentures 7ª, 8ª e 9ª emissões no valor de R\$ 30MM cada, totalizando R\$ 90MM, colocação privada, série única espécie quirografária com taxa de CDI + 3,00% a.a. Emissão 12/04/2023, Vencimento 12/04/2030, 24 meses de carência de principal e juros;
- (v) Marisa fez captação de notas comercial do BTG que é a 4ª emissão no valor de R\$ 55.625, R\$56.098 com taxa de CDI mais 5%a.a

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Movimentações dos empréstimos e financiamentos

	Controladora						
	31/12/2023	Captações	Pagamentos	Encargos	Apropriação dos gastos com emissão	Juros pagos	31/12/2024
Debêntures	154.055	-	(90.000)	17.936	1.797	(29.371)	54.417
Resolução nº 4131	5.091	-	(5.247)	701	-	-	545
BTG Pactual	-	540.004	(490.004)	24.224	-	(18.126)	56.098
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	16.539	-	(15.107)	1.420	-	(1.484)	1.368
Cédula de crédito bancário -diversos	41.328	-	(30.404)	3.948	-	(4.132)	10.740
Finame	62	-	(62)	-	-	-	-
	217.075	540.004	(630.824)	48.229	1.797	(53.113)	123.168

	Consolidado						
	31/12/2023	Captações	Pagamentos	Encargos	Apropriação dos gastos com emissão	Juros pagos	31/12/2024
Debêntures	154.055	-	(90.000)	17.936	1.797	(29.371)	54.417
Resolução nº 4131	5.091	-	(5.247)	701	-	-	545
BTG Pactual	-	540.004	(490.004)	24.224	-	(18.126)	56.098
Cédula de crédito bancário -Caixa Econômica Federal	16.539	-	(15.107)	1.420	-	(1.484)	1.368
Cédula de crédito bancário -diversos	41.328	-	(30.404)	3.948	-	(4.132)	10.740
Finame	64	-	(64)	-	-	-	-
	217.077	540.004	(630.826)	48.229	1.797	(53.113)	123.168

	Controladora						
	31/12/2022	Captações	Pagamentos	Encargos	apropriação dos gastos com emissão	Juros pagos	31/12/2023
Debêntures		145.000		9.940		(885)	154.055
Nota Comercial	44.187	-	(44.737)	890	1.031	(1.371)	-
Resolução nº 4131	47.615	5.000	(47.028)	2.369		(2.865)	5.091
Cédula de crédito bancário -Caixa Econômica Federal	47.036	18.135	(49.051)	5.194		(4.775)	16.539
Cédula de crédito bancário – diversos	128.112	-	(85.953)	11.681		(12.512)	41.328
Finame	296	-	(235)	10		(9)	62
FINEP	5.863	-	(5.865)	243		(241)	-
Fornecedores – risco sacado	46.448	-	(46.448)	-		-	-
	319.557	168.135	(279.317)	30.327	1.031	(22.658)	217.075

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Consolidado							31/12/2023
	31/12/2022	Captações	Pagamentos	Encargos	apropriação dos gastos com emissão	Juros pagos	Reclassificação para operação descontinuada	
Debêntures		145.000		9.940				154.055
Nota Comercial	44.187	-	(44.737)	890	1.031	(1.371)		-
Resolução nº 4131	47.615	5.000	(47.028)	2.369		(2.865)		5.091
Certificado de Depósito Bancário - CDB (i)	536.566	-	(136.020)	74.062		(44.179)	(430.429)	-
Cédula de crédito bancário - Caixa Econômica Federal	47.036	18.135	(49.051)	5.194		(4.775)		-
Cédula de crédito bancário - diversos	128.112	-	(85.953)	11.681		(12.512)		41.328
Finame	304	-	(249)	18		(9)		64
FINEP	5.863	-	(5.865)	243		(241)		-
Fornecedores - risco sacado	46.448	-	(46.448)	-		-		-
	856.131	168.135	(415.351)	104.887	1.031	(66.837)	(430.429)	217.077

16.4. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses	123.168	53.054	123.168	51.632
De 13 a 24 meses	-	60.900	-	62.322
De 25 a 36 meses	-	43.208	-	43.208
Acima de 37 meses	-	60.000	-	60.000
	123.168	217.162	123.168	217.162

16.5. Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Em relação aos *covenants*, em 31 de dezembro de 2024 a companhia não cumpriu todas as cláusulas de *covenants* financeiros dos contratos com o Banco Bradesco, dívida líquida/EBITDA=<3,5x, a partir do 4T24 cumprimento do cronograma de pagamento das debêntures.

A Companhia também monitora em bases mensais a aderência aos *covenants* não financeiros definidos para o contrato com a Caixa Econômica Federal. Tais *covenants* incluem nível máximo de protestos de títulos relativos a operações financeiras, requerer recuperação judicial ou extrajudicial, tornar-se insolvente e se for negativo em quaisquer órgãos de proteção de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não estava adimplente no nível máximo de protestos.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, a Companhia classificou o saldo total a pagar para a rubrica de passivo circulante, bem como efetuou a reclassificação dos demais contratos com cláusulas de vencimento antecipado, conforme determina a NBC TG 26 (R3) / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

17. Salários, provisões e contribuições sociais

17.1. Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

17.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Férias	19.899	27.610	19.915	27.783
Provisão para 13º Salário	-	-	-	-
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	4.365	4.660	4.365	4.700
Salários a pagar	6.097	8.937	6.097	8.988
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.928	1.160	1.928	1.208
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.426	1.900	1.426	1.913
Provisão para remuneração variável e outros	9.292	3.412	9.292	3.681
Outros	3.330	1.003	3.330	1.005
	46.337	48.682	46.353	49.278

18. Tributos a recolher

18.1. Política contábil

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto quando: (i) os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18 Tributos a recolher—Continuação

18.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Parcelamentos	130.203	53.336	130.203	53.336
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	19.318	11.655	20.574	11.784
Parcelamento de contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.541	5.977	1.541	5.977
Programa de Integração Social (PIS)	8.672	2.805	8.946	2.833
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	-	-
Imposto sobre Serviços (ISS)	240	801	286	893
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.514	498	1.514	498
Outros	2.899	5.480	2.915	5.452
Total passivo circulante	164.387	80.552	165.979	80.773
Passivo não circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Parcelamentos	75.323	-	75.323	-

19. Receitas diferidas e outros passivos circulantes e não circulantes

19.1 Política contábil

As receitas recebidas relativas às operações de serviços da controlada indireta M PAGAMENTOS vinculados a parcerias estabelecidas antecipadamente de clientes são classificadas no passivo circulante e não circulante e reconhecidas no resultado do exercício conforme a competência dos contratos de parcerias firmados. Sendo, portanto, diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

19.2 Composição da receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Assurant (i)	-	-	2.190	3.943
Prodent/Sulamerica (ii)	-	-	8.372	8.450
Convênio Bradesco (iii)	1.447	1.958	1.447	1.958
Convênio Parceria (iv)	110.000	60.000	110.000	60.000
	111.447	61.958	122.009	74.351
Passivo circulante	4.511	4.511	6.263	6.263
Passivo não circulante	106.936	57.447	115.746	68.088
	111.447	61.958	122.009	74.351

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receitas diferidas e outros passivos circulantes e não circulantes-- Continuação

19.2. Composição da receita diferida--Continuação

(i) Parceria Assurant - comercialização de seguros e assistência

Em 29 de março de 2017, a Companhia e suas controladas M SERVIÇOS e M PAGAMENTOS renovaram sua parceria com a Assurant Seguradora S.A. e Assurant Serviços Ltda., cujo escopo é a comercialização de produtos de seguros e assistência, com prazo inicial de vigência de cinco anos. Em virtude desta renovação, a controlada M CARTÕES recebeu a quantia de R\$75.000 a título de antecipação, a serem diferidos e apropriados ao resultado pelo prazo do contrato e com base no cumprimento das metas. Em 1º de março de 2023, foi liquidado o montante de R\$30.000 relativos à devolução desta antecipação. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo apurado é de R\$4.380 (R\$ 3.943 em 31 de dezembro de 2023) de receita diferida e performance por metas. Para 31 de dezembro de 2024 o saldo apurado é de R\$ 2.631.

(ii) Parceria Prodent/Sulamérica - comercialização de serviços odontológicos

Refere-se ao valor recebido para implementação do sistema de vendas e demais ações de consultoria decorrente de parceria para a comercialização de planos odontológicos pela controlada M SERVIÇOS. O acordo para renovação ocorreu em fevereiro de 2021 com vigência até 01 de março de 2026. Em 31 de dezembro de 2024, a M CARTÕES reavaliou as metas estabelecidas contratualmente e registrou uma provisão a pagar de R\$1.895, com atualização monetária (R\$ 2.071 em 31 de dezembro de 2023). Para 31 de dezembro de 2024 realizamos uma provisão a pagar de R\$ 2.447.

(iii) Parceria Bradesco - folha de pagamento

Refere-se a renovação de convênio de parceria entre Marisa Lojas e Banco Bradesco, para continuidade da administração das contas bancárias relativas à folha de pagamentos dos colaboradores do Grupo Marisa. O acordo para renovação ocorreu em maio de 2021 e estará vigente até 31 de outubro de 2027.

(iv) Convênio Parcerias

Refere-se a todas as outras parcerias entre Marisa Lojas e distribuidores de serviços em seus balcões.

Em 15 de novembro de 2023, a Companhia firmou convênio de crédito para administração do cartão PL da Marisa, além de serviços financeiros negociados no balcão das Lojas Marisa e E-Commerce. Por esse motivo, a Companhia obteve antecipação de saldo a título de bônus, que será reconhecido como outras receitas operacionais ao longo do prazo contratual de 15 anos.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receitas diferidas e outros passivos circulantes e não circulantes-- Continuação

19.3. Composição de outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar Itaucard (i)	-	-	-	2.295
Adiantamento de clientes	3.019	1.989	3.019	2.237
Provisão honorários advocatícios (ii)	-	12.254	-	12.406
Provisões serviços de terceiros (iii)	24.339	9.604	27.270	11.384
Provisão encerramento de lojas	-	3.411	-	3.411
Provisão previdenciária	-	1.042	-	1.042
Provisão energia elétrica	1.331	5.454	1.331	5.454
Parcelamento PRODEPE-PE (vii)	-	13.457	-	13.457
Seguros a pagar à Assurant (iv)	736	-	736	11.728
Obrigação atuarial (viii)	13.342	14.239	13.342	14.239
Contas a pagar a M PAGAMENTOS (v)	1.080	93.469	1.080	93.469
Outros (vi)	7.141	16.994	(2.858)	17.698
	50.989	171.913	43.920	188.820
Passivo circulante	50.489	157.030	43.001	173.520
Passivo não circulante	500	14.883	919	15.300

- (i) Refere-se a recebimentos de fatura por clientes Marisa-Itaucard (cartões "co-branded"). Uma vez que quando estes clientes são migrados, é efetuado o repasse diário do recebimento de fatura.
- (ii) Refere-se a honorários a serem pagos aos advogados decorrentes, substancialmente, das ações relacionadas ao tema de crédito com PIS e COFINS.
- (iii) Refere-se substancialmente a consultorias especializadas em realizar ações de marketing, manutenção, benefícios (RH), frete, entre outros.
- (iv) Refere-se a repasse de comissões de seguros vendidos pela Companhia em parceria com a seguradora Assurant.
- (v) Refere-se a repasse de comissões de celulares vendidos em parceria com empresa terceira.
- (vi) Refere-se ao saldo a pagar para o Itaú decorrente do distrato.
- (vii) A Companhia foi autuada por falta de pagamento do ICMS devido a utilização do PRODEPE de 2014 a 2017, por não recolhimento do percentual mínimo do imposto de responsabilidade direta (5% do faturamento). Em 2023 aderiu ao PERC – Programa Dívida Zero no Estado de Pernambuco em 24 parcelas, que foi homologado em 28 de junho de 2024, valor atualizado nesta data R\$ 14.145.
- (viii) A Companhia oferece plano médico para seus colaboradores ativos por meio das operadoras de saúde: GNDI, CNU, Hapvida e Centro Clínico Gaúcho. Em atendimento a norma CPC nº 33 (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC, aprovado pela CVM nº 110/2022, relativa à Extensão do Plano de Assistência Médica aos Demitidos e Aposentados conforme a Lei nº 9.656/98, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos, e, baseada na opinião de seus assessores externos, identificou a necessidade de provisionar o benefício ao que se refere à extensão da cobertura dos Planos de Saúde, mediante pagamento dos respectivos prêmios pelos participantes, aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998 Para os aposentados por invalidez, o benefício avaliado refere-se à extensão da cobertura por período indeterminado (vitalício) sem pagamento dos prêmios. Empregados em auxílio-doença há 2 anos ou mais foram considerados como aposentados por invalidez.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir demonstramos os cálculos e valores do benefício pós-emprego da Companhia:

(Passivo) / Ativo Atuarial reconhecido no balanço

	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente da obrigação atuarial	13.342	14.239
Valor justo dos ativos do plano		-
Valor total das obrigações sem cobertura	13.342	14.239
Efeito do teto do ativo		-
(Passivo) / Ativo atuarial reconhecido no balanço	13.342	14.239

Valor presente da obrigação atuarial

Custo do serviço passado - segundo ano de reconhecimento	13.342	14.239
--	--------	--------

No demonstrativo abaixo, as estatísticas dos dados utilização na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Quantidade	Idade média
Ativo		
- Titulares	1.245	38,0
Auxílio doença + 2 anos		
- Titulares	91	43,3
- Dependentes	61	19,5
Aposentado por invalidez		
- Titulares	64	46,8
- Dependentes	29	24,9
Desligados (Artigo 30 da Lei 9.656/98)		
- Titulares	212	38,3
- Dependentes	176	18,9
Aposentados (Artigo 31 da Lei 9.656/98)		
- Titulares	16	58,9
- Dependentes	9	37,4

A norma requer a definição de uma série de hipóteses atuariais para determinação do compromisso relativo ao benefício avaliado, sendo a melhoestimativa que poderia ser feita para um evento futuro utilizando as taxas de desconto abaixo:

Hipóteses financeiras ou econômicas

Item	31/12/2024
Taxa real de juros real	11,74% a.a. nominal
	7,44% a.a. real
Duração do passivo	14,3 anos

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Hipóteses biométricas ou demográficas

Item	31/12/2024
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	Tábua por tempo de serviço Experiência das Lojas Marisa 2021-2023
Entrada em aposentadoria	Homens: 65 anos Mulheres: 62 anos
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-44
Fator de envelhecimento (Aging factor)	3,00% a.a.
Take Up	Aposentadoria: 10% Desligamento: 0%
Composição familiar - Ativos	90% casados na aposentadoria
Diferença de idade - Ativos	Mulheres são 4 anos mais jovens que homens
Composição familiar - Inativos	Composição familiar real

Análise de sensibilidade – (Aumento)/Redução do passivo

Taxa de Desconto + 0,5%	693
Taxa de Desconto – 0,5%	(763)
HCCTR + 1%	(1.600)
HCCTR – 1%	1.334

Fluxo de Benefícios

	31/12/2024
Ano 1	1.016
Ano 2	1.015
Ano 3	1.060
Ano 4	1.107
Ano 5	1.176
Próximos 5 anos	6.847

20. Provisão para litígios e demandas judiciais

20.1. Política contábil

As provisões decorrentes dessas ações judiciais e processos administrativos são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais --continuação

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para riscos trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante.

A Administração acredita que, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis.

20.2. Composição

	Controladora					31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Adições / (reversões) de atualizações monetárias	
Tributárias:						
FGTS (i)	30.492	-	(31.900)	-	1.408	-
IPI (ii)	38.693	-	(40.435)	-	1.742	-
Contribuição patronal (iii)	14.182	17.580	-	(11.051)	(814)	19.897
FAP/RAT	14.393	10	-	-	1.616	16.019
Outros riscos tributários	44.374	7.296	(27.883)	(15.352)	10.362	18.797
	142.134	24.886	(100.218)	(26.403)	14.314	54.713
Trabalhistas	35.968	14.046	(5.102)	(9.379)	(1.490)	34.043
Cíveis	19.152	7	(234)	(250)	(4.509)	14.166
	197.254	38.939	(105.554)	(36.032)	8.315	102.922
Depósitos judiciais	102.137	14.957	-	(80.595)	1.710	38.209
	Consolidado					
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Adições / (reversões) de atualizações monetárias	31/12/2024
Tributárias:						
FGTS (i)	30.492	-	(31.900)	-	1.408	-
IPI (ii)	38.693	-	(40.435)	-	1.742	-
Contribuição patronal (iii)	14.182	17.580	-	(11.051)	(814)	19.897
FAP/RAT	14.393	10	-	-	1.616	16.019
Outros riscos tributários	90.764	7.296	(74.969)	(15.352)	12.211	19.950
	188.524	24.886	(147.304)	(26.403)	16.163	55.866
Trabalhistas	54.814	19.305	(5.938)	(13.934)	1.311	55.558
Cíveis	26.865	131	(1.636)	(899)	(5.906)	18.555
	270.203	44.322	(154.878)	(41.236)	11.568	129.979
Operação descontinuada 35	2.062	638	(284)	(457)	483	2.442
Depósitos judiciais	148.172	15.754	-	(127.655)	3.191	39.462

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.2. Composição--Continuação

	Controladora					
	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	31/12/2023
Tributárias:						
FGTS (i)	28.990	-	-	-	1.502	30.492
IPI (ii)	35.093	-	-	-	3.600	38.693
Contribuição patronal (iii)	12.491	-	-	-	1.691	14.182
FAP/RÁT	12.657	43	-	-	1.693	14.393
Outros riscos tributários	9.557	24.803	-	(15.652)	25.666	44.374
	98.788	24.846	-	(15.652)	34.152	142.134
Trabalhistas	41.413	17.833	(8.640)	(16.355)	(1.717)	35.968
Cíveis	8.260	10.181	(306)	(805)	1.822	19.152
	148.461	52.860	(8.946)	(32.812)	34.257	197.254
Depósitos judiciais	100.855	831	-	(8.839)	9.290	102.137
	Consolidado					
	31/12/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	31/12/2023
Tributárias:						
FGTS (i)	28.990	-	-	-	1.502	30.492
IPI (ii)	35.093	-	-	-	3.600	38.693
Contribuição patronal (iii)	12.491	-	-	-	1.691	14.182
FAP/RÁT	12.657	43	-	-	1.693	14.393
Outros riscos tributários	51.826	24.830	-	(15.652)	29.760	90.764
	141.057	24.873	-	(15.652)	38.246	188.524
Trabalhistas	51.122	21.316	(9.156)	(19.640)	11.172	54.814
Cíveis	14.787	11.044	(1.200)	(1.444)	3.678	26.865
	206.966	57.233	(10.356)	(36.736)	53.096	270.203
Operação Descontinuada 35	1.708	357	(72)	(431)	500	2.062
	208.674					
Depósitos judiciais	145.151	31	-	(984)	3.974	148.172

(i) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.

(ii) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da concessão de tutela de antecipação confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do Centro de Distribuição da Companhia para comercialização/revenda.

(iii) Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos e de suas controladas e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, identificou um processo que pode vir a ser impactado pela decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 8 de fevereiro de 2023. Refere-se à decisão do STF quanto a constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária patronal sobre um terço constitucional de férias que aguarda julgamento do *leading case* (RE nº 1.072.485 - tema 985) quanto à modulação dos efeitos.

Embora o prognóstico do processo da Companhia é dado como possível, caso não haja a modulação dos efeitos do *leading case* que trata especificamente a matéria, poderá ocorrer a devolução do montante aproveitado pela Companhia. Por conta disso, a Companhia provisionou o total de R\$14.514, com atualização monetária.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.3. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	7.736	5.598	8.531	5.943
Cível	1.323	1.048	1.647	1.472
Tributário (i)	11.237	49.223	10.985	94.082
FGTS Contribuição Social (ii)	-	30.496	-	30.496
Demanda de energia elétrica (iii)	11.589	11.589	11.589	11.589
FAP/RAT	1.327	1.260	1.493	1.426
Outros depósitos	4.997	2.923	5.217	3.164
	38.209	102.137	39.462	148.172

(i) Corresponde, substancialmente ao depósito judicial sobre restituições de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na Controladora e sobre a majoração da alíquota da CSLL para a M SERVIÇOS no Consolidado, entre outros depósitos judiciais de natureza tributária.

(ii) Refere-se à contribuição social depositada em juízo no ato da rescisão do contrato de trabalho.

(iii) Refere-se a depósito judicial de processo referente à tributação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), sobre Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição (TUSD) e demanda contratada de potência de energia não consumida.

20.4. Processos avaliados como perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é classificada como perda possível. Os valores atualizados montam R\$380.822 na controladora e R\$808.536 consolidado (R\$679.723 na controladora e R\$1.301.874 no consolidado em 31 de dezembro de 2023), os quais não foram provisionados, conforme determinam as práticas contábeis. Os principais temas estão descritos a seguir:

ICMS - Diversos

Companhia possui diversas discussões, envolvendo seus estabelecimentos em todo Brasil relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoques, crédito indevido, guerra Fiscal e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, é de R\$328.517 (R\$128.660 em 31 de dezembro de 2023).

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para litígios e demandas judiciais--Continuação

20.4 Processos avaliados como perda possível--Continuação

PIS e COFINS

A Companhia teve um pedido de compensação de crédito negado junto à Receita Federal do Brasil, referente a PIS e COFINS e tem discussões administrativas junto à Receita Federal do Brasil. Em 2024 a companhia tem processos administrativos perante a Receita Federal do Brasil cujo valor atualizado monta a R\$18.393 (R\$95.163 em 31 de dezembro de 2023). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

IRPJ e CSLL

A controlada M SERVIÇOS, possui autuações e discussões judiciais relativas à apuração de IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2007 a 2015, cujo valor total atualizado é de R\$ 401.610 (R\$524.128 em 31 de dezembro de 2023). Dentre esses processos, estão na esfera judicial cinco autuações, sendo que em duas ações anulatórias houve sentença improcedente, em sede de primeira instância, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ R\$195.636 que aguardam julgamento dos recursos de apelação.

De acordo com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não provisiona valores relacionados a Processos Tributários cujo prognóstico jurídico é dado como "Possível". No caso específico dos processos acima citados, onde houve sentença improcedente, em sede de primeira instância, manteve-se a decisão da Companhia de não realizar provisão, lastreada pelos pareceres emitidos por dois renomados escritórios independentes de advocacia (Mattos Filho Advogados e Emsenhuber Advogados Associados), os quais confirmam o prognóstico de perda como "Possível".

20.4. Ofício-Circular CVM SNC/SEP 01/21 - ampliação do conceito de insumo

Em conformidade com a literalidade do inciso II do artigo 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03, as despesas passíveis de serem caracterizadas como insumos são aquelas relativas aos bens e serviços utilizados na produção de bens e/ou na prestação de serviços pela pessoa jurídica.

O Superior Tribunal de Justiça "STJ" ao julgar o Recurso Especial 1.221.170/PR, decidiu que o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, considerando a importância de determinado bem para o desenvolvimento da atividade econômica desempenha pelo contribuinte.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, amparada pelos assessores jurídicos, avaliou que os dispêndios essenciais seriam aqueles sem os quais inviabilizam a consecução do seu objeto social, seja insumos relativos às operações comerciais pela Controladora ou insumos relativos à administração e operações do cartão Marisa pela controlada M SERVIÇOS, tais como comissão e impressão de cartão de crédito, condomínio, assistência médica, emissão de boletos, entre outros, no total de R\$10.769 na Controladora e R\$11.045 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 (R\$22.938 na Controladora e R\$25.798 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

20.5. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$39.462, sendo R\$38.209 da Controladora (R\$148.172 em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$102.137 da Controladora).

21. Garantias, seguros e fianças bancárias

21.1. Seguro-garantia judicial

A Companhia optou por realizar seguro-garantia sobre alguns dos seus processos jurídicos, com caráter de garantir o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, em que o tomador necessite fazer durante processos judiciais. Esta modalidade de seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da apresentação de recursos de defesa no decorrer dos processos judiciais.

Instituição financeira	Tipo de garantia	31/12/2024	31/12/2023
Fator — Austral -Essor- Excelsior – Newe -Tokyo — Pottencial – Zurich Jns Seguros — Junto Seguros — Swiss"re — Ezze — Berkley -Zurich — taxa média de 0,27% a.a.	Seguro-garantia judicial	583.727	533.186

21.2. Garantias concedidas via fiança bancária

Instituição financeira	Tipo de garantia	31/12/2024	31/12/2023
Bancos Itaú — Bradesco — BIB, Dank, FGC, Hastara Bank (i)	Fianças bancárias garantia + fiança bancária judicial (Tributário e Cível)	86.293	10.392

(i) As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas por nossos auditores.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Foi realizado um aumento de capital social no montante de R\$ 617.146, mediante a emissão para subscrição particular de 444.887 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade do capital foi integralizada em 16, 19, 25, 26 e 29 de julho de 2024 e 1 de agosto de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$2.312.074 representado por 513.456 ações ordinárias (31 de dezembro de 2023 R\$ 1.694.928 representado por 68.569 ações ordinárias), sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor	Total de ações	%	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no país — bloco de controle (pessoas físicas)	2.148.608	477.154	92,93	911.720	36.884	53,79
Mercado	163.466	36.302	7,07	783.208	31.685	46,21
	2.312.074	513.456	100,00	1.694.928	68.569	100,00

22.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha em tesouraria 42 ações ao preço médio de R\$15,18 totalizando R\$1.242 para atendimento ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas. Em 31 de dezembro 2024 a Companhia mantém em tesouraria 26.958 ações ao preço médio de R\$21,71, totalizando em R\$ 1.242.

22.3. Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 750.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

22.4. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude de os resultados apurados terem sido negativos.

22.5. Política de distribuição de dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes a legislação societária brasileira, é registrado na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como numa obrigação legal prevista do Estatuto Social da Companhia; entretanto a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas antes dada de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é registrado na rubrica “Dividendos adicionais propostos”. Em virtude de os resultados apurados terem sido negativos, não houve distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações “Stock options”

23.1. Política contábil

Em 23 de dezembro de 2021, foi deliberada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, em substituição ao Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de dezembro de 2016 (“Plano de Opções 2016”). Os referidos planos têm por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos das Pessoas Elegíveis e incentivar a geração de resultados sustentáveis. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle.

O período de “*vesting*” (aquisição do direito de exercício, sujeito às condições de exercício) das Opções detidas por cada Participante ocorrerá após o decurso dos prazos de carência fixados no Contrato de Opção. Até a ocorrência do “*vesting*” e do evento de liquidez, as Opções serão designadas “Opções não exercíveis” e, após sua ocorrência, “Opções exercíveis”.

O modelo empregado na determinação do preço justo deste plano foi o modelo de Árvores Binomiais. Os contratos de Opção e Outorga não preveem correção para o preço fixado de exercício da opção e o instrumento prevê ajuste na quantidade de ações outorgadas para os casos de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversões de ações de espécie/classe

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações “*Stock options*”--Continuação

23.2. Demonstrativo da posição das opções outorgadas em aberto

Outorga Início exercício	Data		Quantidade - mil		Valor justo da opção	Outorga	
	do	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto		Preço de exercício	Volatilidade ao dia útil – EWMA
01/08/2023		01/08/2028	5.037	5.037	4,33	0,74	3,32%
01/12/2023		01/12/2028	195	195	3,34	3,70	6,74%
			5.232	5.232			

23.3. Movimentação do plano de opção de compra de ações

Em 31 de dezembro de 2024, a movimentação ocorrida nas opções outorgadas em aberto, está apresentada abaixo (em milhares):

Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2022	10.422
Adições de opções de compras de ações	2.991
Cancelamento das opções de compras de ações	(7.081)
Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2023	6.332
Adições de opções de compras de ações (2023)	15.077
Cancelamento das opções de compras de ações	(16.178)
Saldo de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2024	5.232

23.4. Mensuração e despesas incorridas do plano de opção de compra de ações

O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contabilizado como despesa com plano de opção de compra de ações, em acordo com a IFRS2/NBC TG 10 (R3) - Pagamento baseado em ações, foi de R\$6.599 (R\$4.091 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido de forma linear individualizada por programa e quantidade de opções atreladas a cada período de “*vesting*”. Adicionalmente, houve o cancelamento de 4.090 opções de ações no 1º trimestre de 2023, resultando em um estorno de R\$810, houve cancelamento de 6.332 opções de ações do saldo até 2022 em 31 de dezembro de 2024, e também houve o cancelamento de 9.845 opções de ações das outorgas de 2023, resultando no estorno de R\$19.779.

24. Programa de outorga de ações restritas e ações restritas com performance

24.1. Política contábil

Em 9 de fevereiro de 2022, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração os seguintes Programas (i) Programa de Ações - o qual não exigirá o atingimento de metas de *performance* e condicionará a entrega das ações outorgadas ao cumprimento do período de carência, observados os termos e condições contratualmente previstos ("RSU") e (ii) Programa de *Performance* - o qual exigirá, além do cumprimento do período de carência, o atingimento de metas de *performance* contratualmente estabelecidas, como condição para que o participante receba, parcial ou totalmente, as ações outorgadas, observados os termos e condições contratualmente previstos ("PSU").

A outorga de ações restritas é realizada anualmente ou sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente, mediante celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de ações restritas objeto da outorga.

Com propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do plano, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os participantes, nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 567.

24.2. Mensuração e despesas incorridas

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contabilizado como despesa com programa de ações restritas e ações restritas com performance, de acordo com a IFRS2/NBC TG 10 (R3) - Pagamento baseado em ações, foi de R\$ 1.242 (R\$4.451 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido de forma linear individualizada por programa e quantidade de opções atreladas a cada período de "*vesting*". Adicionalmente, houve o cancelamento de 717.007 opções de ações no 1º semestre de 2023, resultando em um estorno de R\$793. Houve cancelamento de 6.332 opções de ações em 31 de dezembro de 2024, resultando no estorno de R\$19.779.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

25.1. Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços financeiros no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas. As receitas decorrentes das operações de crédito são apropriadas observando-se o critério “*pro rata*”, com base no método da taxa efetiva de juros.

- Revenda de mercadorias - operação varejo: a Companhia opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de mercadorias, e um canal de *e-commerce*. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega de mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro e cartão de débito ou a prazo através de cartões de terceiros ou cartão Marisa.

Produtos e serviços financeiros: a Companhia, via empresas controladas, realiza operações de concessão de empréstimos pessoais, intermediação de assistências e seguros e financiamento de vendas.

25.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional bruta:				
Vendas de mercadorias	1.977.644	2.242.695	1.977.644	2.242.695
Operações com cartão de crédito	-	-	-	21.949
Prestação de serviços (i)	9.157	10.268	23.332	62.344
Impostos incidentes:				
Vendas de mercadorias	(514.568)	(551.609)	(514.568)	(551.609)
Prestação de serviços	(942)	(1.250)	(3.474)	(7.677)
Devoluções:				
Vendas de mercadorias	(90.765)	(121.605)	(90.765)	(121.605)
	1.380.526	1.578.499	1.392.169	1.646.097

- (i) Refere-se à prestação de serviços da parceria com Assurant e Itaú Unibanco S.A, em 09 de março de 2023 a controlada M Serviços encerrou o seu contrato de parceria junto ao Itaú Unibanco S.A. alinhado as necessidades de liquidez da Marisa no contexto do processo de otimização financeira e aprimoramento de estrutura de Capital. Para fins de liquidação antecipada do contrato, a Companhia cedeu e transferiu ao Itaú Unibanco a titularidade dos créditos futuros da Companhia no valor de R\$52.820, que foi utilizado para compensação das obrigações financeiras do grupo Marisa, bem como para a liquidação de uma fiança dada a Assurant no valor de R\$30.000.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custos da revenda de mercadorias, das operações com cartão de crédito, das operações financeiras e da prestação de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo da revenda de mercadorias	(702.139)	(800.747)	(702.139)	(800.747)
Custo da prestação de serviços	2.507	(67)	(1.680)	(25.995)
Custo de operações com cartão de crédito e empréstimo pessoal	-	-	(4.802)	(9.899)
	(699.632)	(800.814)	(708.621)	(836.641)

27. Despesas por natureza

27.1. Despesa com vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal e serviços	(282.178)	(394.517)	(282.528)	(395.281)
Utilidades públicas	(45.716)	(61.762)	(46.596)	(63.254)
Despesas de comunicação, distribuição e locação e outras	(86.984)	(95.659)	(87.261)	(96.574)
Frete	(6.460)	(13.643)	(6.460)	(13.643)
Outras	(23.138)	22.835	(23.506)	15.337
	(444.476)	(542.746)	(446.351)	(553.415)

27.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal e serviços	(146.554)	(198.557)	(148.187)	(217.579)
Utilidades públicas	(5.514)	(7.079)	(5.589)	(7.395)
Despesas locatícias e comunicação	(1.477)	(6.195)	(1.529)	(6.864)
Despesas tributárias	(1.523)	(1.606)	(1.526)	(1.641)
Outras	(19.085)	(18.002)	(20.120)	(19.015)
	(174.153)	(231.439)	(176.951)	(252.494)

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas recuperadas	38.414	440	42.979	579
Constituição de provisão para perdas para litígios e demandas judiciais, líquidas de perdas efetivas	(16.071)	(48.920)	(24.025)	(68.692)
Auto de Infração – PRODEP-PE	(7.246)	(13.053)	(7.318)	(13.053)
Créditos/ (Débitos) Fiscais	(24.119)	25.989	(23.988)	4.055
Baixas de imobilizado, reversão de provisão para perdas, líquidas (i)	2.381	3.422	2.381	3.422
Despesas com stock option	17.137	-	17.137	-
Outras receitas operacionais (ii)	33.970	(4.452)	57.985	(4.452)
Outras, líquidas	<u>(3.583)</u>	<u>(5.216)</u>	<u>(2.546)</u>	<u>(7.547)</u>
	40.883	(41.790)	62.605	(85.688)

(i) Reversão de provisão para perdas e outras baixas.

(ii) INSS a recuperar de verbas previdenciárias R\$ 17.580 na controladora, seguros cancelados R\$ 13.553, Reversão de contas a pagar para a controladora lançadas indevidamente R\$ 7.166, demais valores pulverizados em diversas rubricas

29. Resultado financeiro

29.1. Política contábil

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro--Continuação

29.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras:				
Ajuste a valor presente - fornecedores	(102.760)	(90.178)	(102.761)	(90.179)
Ganho (perda) em 'swap'	600	(2.691)	600	(2.691)
Juros e variação monetária passiva	(56.737)	(60.600)	(57.665)	(57.496)
Juros sobre passivo de arrendamento	(81.649)	(77.337)	(81.671)	(77.357)
Despesas bancárias e outras taxas	(29.672)	(22.140)	(32.680)	(23.048)
Descontos concedidos	-	-	-	-
Outras	(322)	(383)	(1.900)	(2.209)
	(270.540)	(253.329)	(276.077)	(252.980)
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	17.147	1.824	17.295	2.843
Descontos obtidos	2.312	5.872	2.312	5.873
Variação cambial ativa	-	1.135	-	1.135
Juros ativos e atualização monetária	54.717	97.429	54.744	98.397
	74.176	106.260	74.351	108.248

30. Resultado por ação (Controladora)

O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o prejuízo básico e diluído por ação, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

	31/12/2024	31/12/2023
Média ponderada da quantidade de ações	513.456	68.567
Média ponderada das ações em tesouraria	(17)	(42)
Média ponderada das ações em circulação, líquidas das ações em tesouraria	513.439	68.525
Operação continuada - Prejuízo do período	(259.468)	(350.987)
Operação descontinuada - Prejuízo do período	(61.466)	(169.765)
Prejuízo por ação básico e diluído – Operação continuada (*) - R\$	(0,5053)	(5,1219)
Prejuízo por ação básico e diluído (*) - R\$	(0,1197)	(2,47742)

(*) Não houve efeito diluidor para 31 de dezembro de 2024 e 2023, uma vez que o cálculo do resultado diluído apresentaria redução no prejuízo por ação.

31. Gerenciamento de risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Riscos de mercado;
- (iii) Risco de liquidez; e
- (iv) Gestão de capital.

31.1. Política contábil e análises

31.1.1. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes de inadimplência dos clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa nº 7.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado como perdas de crédito esperadas era de R\$2.516 (R\$2.359 em 31 de dezembro de 2023), para cobrir os riscos de crédito.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa” e “Aplicações financeiras”.

31.1.2. Riscos de mercado

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações comerciais atuais e futuras de compras de estoque para revenda e captações de empréstimos em moeda estrangeira, realizados em Dólar norte-americano.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, por meio de seu Diretor Financeiro, se apresente periodicamente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

31. Gerenciamento de risco--Continuação

31.1. Política contábil e análises--Continuação

31.1.2. Riscos de mercado--Continuação

Atualmente, a Companhia revisitou a sua política de *Hedge* e tem como objetivo proteger 90% de suas importações com operações de *hedge*, utilizando contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward* ("NDF"). Para as captações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem como objetivo proteger 100% do valor contratado através de *swap* cambial. A Companhia, preocupada com a volatilidade do Dólar frente ao Real, optou por realizar operações de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é a proteção cambial das importações.

a) *Risco de moeda (cambial)*

A Companhia está sujeita ao risco cambial nas compras denominadas em moeda diferente de moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do Dólar, único indexador dos passivos em moeda estrangeira operados pela Companhia e por suas controladas. Para a definição do Dólar utilizado para análise de sensibilidade no cenário provável, a Companhia segue as projeções do mercado futuro da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 2023 a Companhia firmou contrato com uma trading para importação das mercadorias por encomenda, com isto recebemos as mercadorias para venda já nacionalizadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumentos de hedge em aberto.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Gerenciamento de risco--Continuação

31.1. Política contábil e análises--Continuação

31.1.2. Riscos de mercado--Continuação

b) Risco de taxa de juros

A Companhia mantém grande parte de suas aplicações financeiras e empréstimos em operações atreladas ao CDI, conforme mencionado nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa” e “Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro”, respectivamente. A Administração entende que tal prática mitiga substancialmente eventuais riscos derivados de oscilações na taxa de juros de mercado.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos impactos foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas, calculados com base em taxas referenciais futuras do CDI divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

		Controladora 31/12/2024					
				Valorização do CDI		Desvalorização do CDI	
Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário Remoto -50%	
Aplicações financeiras/ títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	83.587	85.646	86.145	86.642	88.140	84.640
Empréstimos/ financiamentos/debênture s/Swap	Alta CDI	(123.168)	(142.662)	(144.379)	(146.065)	(151.217)	(153.000)
		Consolidado					
				Valorização do CDI		Desvalorização do CDI	
Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário Remoto -50%	
Aplicações financeiras/ títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	85.035	87.084	87.593	88.090	89.588	90.092
Empréstimos/financiamentos/ debêntures/swap	Alta CDI	(123.168)	(142.662)	(144.379)	(146.065)	(151.217)	(153.000)
Exposição líquida							

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Gerenciamento de risco--Continuação

31.1. Política contábil e análises--Continuação

31.1.2. Riscos de mercado--Continuação

b) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

		Controladora 31/12/2023					
				Valorização do CDI		Desvalorização do CDI	
Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%	
Aplicações financeiras/ títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	89.401	1.716	2.133	2.550	1.299	881
Empréstimos/ financiamentos/ debêntures/ <i>Swap</i> Exposição líquida	Alta CDI	(177.101) (87.700)	57.186 58.902	54.055 56.188	50.988 53.538	60.385 61.684	63.655 64.536
		do Consolidac o					
		31/12/2023					
				Valorização do CDI		Desvalorização do CDI	
Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%	
Aplicações financeiras/ títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	192.945	5.967	7.446	8.929	4.492	3.021
Empréstimos/ financiamentos/ debêntures/ <i>swap</i> Exposição líquida	Alta CDI	(542.485) (349.540)	(62.121) (56.154)	(70.480) (63.034)	(78.795) (69.866)	(53.716) (49.224)	(45.261) (42.240)

31.1.3. Risco de liquidez

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Gerenciamento de risco--Continuação

31.1. Política contábil e análises--Continuação

31.1.3. Risco de liquidez--Continuação

Composição do vencimento dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros, líquidos de instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

	Controladora 31/12/2024					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras obrigações	360.478	369.710	369.710	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	123.168	136.096	118.838	17.521	4.583	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	483.646	505.806	488.548	17.521	4.583	-
	Consolidado 31/12/2024					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras obrigações	355.218	364.420	364.420	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	123.168	136.096	118.838	17.521	4.583	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	478.386	500.516	483.258	17.521	4.583	-

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Gerenciamento de risco--Continuação

31.1. Política contábil e análises--Continuação

31.1.3. Risco de liquidez--Continuação

Composição do vencimento dos passivos financeiros--Continuação

	Controladora 31/12/2023					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras obrigações	506.784	515.986	515.986	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	217.075	218.895	53.451	62.236	103.208	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	-	-	-	-
	723.859	734.881	569.437	62.236	103.208	-

	Consolidado 31/12/2023					
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras obrigações	507.556	524.677	524.677	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	217.077	218.895	53.451	62.236	103.208	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	-	-	-	-
	724.633	743.572	578.128	62.236	103.208	-

31.1.4. Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

31. Gerenciamento de risco--Continuação

31.1. Política contábil e análises--Continuação

31.1.4. Gerenciamento de capital--Continuação

Índices de endividamento

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, são assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	123.168	217.075	123.168	217.077
(-) Caixa e equivalentes de caixa/título e valores mobiliários	(92.019)	(97.460)	(93.504)	(99.576)
Dívida líquida	31.149	119.615	29.664	117.501
Patrimônio líquido	279.457	467	279.457	467
Índice de alavancagem financeira	11%	25.613%	11%	25.161%

32. Instrumentos financeiros

32.1. Política contábil

32.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros ativos não circulantes, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Vide na nota explicativa nº 32.5 a segregação efetuada pela Companhia.

32.1.2. Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.1. Política contábil--Continuação

32.1.2. Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*--Continuação

Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado.

32.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

32.1.4. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

32.1.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado; compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.1. Política contábil--Continuação

32.1.6. Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

32.1.7. Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

32.2. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A Companhia aplica as regras de contabilidade de *hedge accounting* para seus instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo dessa forma o risco cambial da operação.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuível ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco.

Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (*Non-Deliverable Forward*).

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.2. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)--Continuação

32.2.1. Contratos a termo de moedas - *Non-Deliverable Forward* ("NDF")

O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um *Non-Deliverable Forward*, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação.

A Companhia não possuía posições a termo de moedas em aberto em 31 de dezembro de 2024.

32.2.2. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>Patrimônio líquido</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:		
Riscos de moeda	-	-
IR/CS diferidos	:	:
Resultado líquido reconhecido em outros resultados abrangentes	-	-
Resultado líquido reconhecido no período/exercício	-	94
Resultado líquido reconhecido em exercícios anteriores	:	<u>(32)</u>
	-	62

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.3. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de *swap*, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de *swap* contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o detalhe dos contratos de *swaps* em aberto é como segue:

Consolidado							
31/12/2024							
Vencimento	Valor de referência (<i>notional</i>)	Banco Indexador	Juros	Companhia Indexador	Juros	Valor justo Controladora	Valor justo Consolidado
Janeiro de 2025		CDI	5.80%aa	USD	10,51%aa	-	-

Consolidado							
2023							
Vencimento	Valor de referência (<i>notional</i>)	Banco Indexador	Juros	Companhia Indexador	Juros	Valor justo Controladora	Valor justo Consolidado
Janeiro de 2025	5.000	CDI	5.80%aa	USD	10,51%aa	201	201

Com as operações de *swap*, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

32.4. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos (*swap*), contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.4. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Isso se deve em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica “Empréstimos, financiamentos e debêntures”, que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

As operações de NDFs são precificadas pelo valor de mercado enquanto as operações de *swap* financeiros são valorizadas segundo o valor justo (IFRS 9).

Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

32.5. Mensuração e hierarquia do valor justo

A tabela a seguir demonstra em detalhes a mensuração e hierarquia do valor justo (Valor Justo por meio de Resultado (VJR) e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)):

	Controladora 31/12/2024							
	NE	Valor contábil	Valor justo	Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
				Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	6.2	5.495	5.495	5.495	-	-	-	5.495
Bancos conta movimento	6.2	2.937	2.937	2.937	-	-	-	2.937
Operações compromissadas CDB	6.3	16.185	16.185	-	16.185	-	-	16.185
Operações compromissadas DI	6.3	65.950	65.950	-	65.950	-	-	65.950
Aplicações CDB – Garantia	6.4	1.452	1.452	-	1.452	-	-	1.452
Contas a receber de clientes	7.2	29.793	29.793	29.793	-	-	-	29.793
Outros ativos circulantes e não circulantes		36.897	36.897	36.897	-	-	-	36.897
Depósitos judiciais	20.2	38.209	38.209	38.209	-	-	-	38.209
Fornecedores	15.2	(309.489)	(309.489)	(309.489)	-	-	-	(309.489)
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	16.2	(123.168)	(123.168)	(123.168)	-	-	-	(123.168)
		(235.739)	(235.739)	(319.326)	83.587	-	-	(235.739)

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.5. Mensuração e hierarquia do valor justo--Continuação

	NE	Consolidado 31/12/2024						
		Valor contábil	Valor justo	Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
				Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	6.2	5.494	5.494	5.494	-	-	-	5.494
Bancos conta movimento	6.2	2.975	2.975	2.975	-	-	-	2.975
Operações compromissadas CDB	6.3	17.095	17.095	-	17.095	-	-	17.095
Operações compromissadas DI	6.3	66.488	66.488	-	66.488	-	-	66.488
Fundos de investimento	6.4							
Aplicações CDB – Garantia	6.4	1.452	1.452	-	1.452	-	-	1.452
Contas a receber de clientes	7.2	29.793	29.793	29.793	-	-	-	29.793
Outros ativos circulantes e não circulantes		34.763	34.763	34.763	-	-	-	34.763
Depósitos judiciais	20.2	39.462	39.462	39.462	-	-	-	39.462
Fornecedores	15.2	(311.298)	(311.298)	(311.298)	-	-	-	(311.298)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	(123.168)	(123.168)	(123.168)	-	-	-	(123.168)
		(236.944)	(236.944)	(321.979)	85.035	-	-	(236.944)

	NE	Controladora 31/12/2023						
		Valor contábil	Valor justo	Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
				Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	6.2	6.247	6.247	6.247	-	-	-	6.247
Bancos conta movimento	6.2	3.105	3.105	3.105	-	-	-	3.105
Operações compromissadas CDB	6.3	3.028	3.028	-	3.028	-	-	3.028
Operações compromissadas DI	6.3	78.465	78.465	-	78.465	-	-	78.465
Aplicações CDB – Garantia	6.4	1.958	1.958	-	1.958	-	-	1.958
Contas a receber de clientes	7.2	66.772	66.772	66.772	-	-	-	66.772
Outros ativos circulantes e não circulantes		37.319	37.319	37.319	-	-	-	37.319
Depósitos judiciais	20.2	102.137	102.137	102.137	-	-	-	102.137
Fornecedores	15.2	(506.784)	(506.784)	(506.784)	-	-	-	(506.784)
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	16.2	(217.075)	(217.075)	(217.075)	-	-	-	(217.075)
		(424.828)	(424.828)	(508.279)	83.451	-	-	(424.828)

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros--Continuação

32.5. Mensuração e hierarquia do valor justo--Continuação

	NE	Consolidado 31/12/2023						
		Valor contábil	Valor justo	Classificação de ativos (NBC TG 48/IFRS 9)			Hierarquia do valor justo	
				Custo amortizado	VJR	VJORA	Nível 1	Nível 2
Caixa	6.2	6.250	6.250	6.250	-	-	-	6.250
Bancos conta movimento	6.2	3.112	3.112	3.112	-	-	-	3.112
Operações compromissadas								
CDB	6.3	4.501	4.501	-	4.501	-	-	4.501
Operações compromissadas DI	6.3	78.465	78.465	-	78.465	-	-	78.465
Fundos de investimento	6.4	500	500	-	-	-	-	500
Aplicações CDB – Garantia	6.4	2.591	2.591	-	2.591	-	-	2.591
Contas a receber de clientes	7.2	67.519	67.519	67.519	-	-	-	67.519
Outros ativos circulantes e não circulantes		41.981	41.981	41.981	-	-	-	41.981
Depósitos judiciais	20.2	148.172	148.172	148.172	-	-	-	148.172
Fornecedores	15.2	(507.556)	(507.556)	(507.556)	-	-	-	(507.556)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	(217.077)	(217.077)	(217.077)	-	-	-	(217.077)
		(371.542)	(371.542)	(457.599)	85.557	-	-	(371.542)

33. Informações por segmento de negócio

33.1. Política contábil

Como forma de gerenciar suas atividades tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em duas divisões: varejo e produtos e serviços financeiros. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (i) Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, relógios, com foco em consumidores da classe C e D, em lojas físicas e *e-commerce*.
- (ii) Produtos e serviços financeiros: operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded”, gerenciados pela parceira Credsystem a partir de 15 de novembro de 2023 e anteriormente pela M SERVIÇOS e M PAGAMENTOS, esta última com operação descontinuada, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas; e, operações de crédito pessoal, sendo oferta de empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Informações por segmento de negócio--Continuação

33.1. Política contábil--Continuação

	31/12/2024		
	Varejo	Produtos e Serviços Financeiros	Saldo Consolidado
Receita líquida de clientes	1.380.526	11.643	1.392.169
Custos do segmento	(699.632)	(8.989)	(708.621)
Lucro bruto	680.894	2.654	683.548
Despesas com vendas	(444.476)	(1.875)	(446.351)
Despesas gerais e administrativas	(174.153)	(2.798)	(176.951)
Outras receitas (despesas) operacionais	40.883	21.722	62.605
Resultado operacional do segmento	103.148	19.703	122.851
Depreciação e amortização			(166.383)
Receitas financeiras			74.351
Despesas financeiras			(276.077)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			<u>(245.258)</u>

	31/12/2023		
	Varejo	Produtos e Serviços Financeiros	Saldo Consolidado Reapresentado
Receita líquida de clientes	1.578.499	67.598	1.646.097
Custos do segmento	(800.814)	(35.827)	(836.641)
Lucro bruto	777.685	31.771	809.456
Despesas com vendas	(542.746)	(10.669)	(553.415)
Despesas gerais e administrativas	(231.439)	(21.054)	(252.494)
Outras receitas (despesas) operacionais	(41.790)	(43.898)	(85.688)
Resultado operacional do segmento	(38.290)	(43.850)	(82.140)
Depreciação e amortização			(206.614)
Receitas financeiras			108.248
Despesas financeiras			(252.980)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			<u>(433.487)</u>

34. Cobertura de seguros

34.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Cobertura de seguros--Continuação

34.2. Composição da cobertura de seguros

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Responsabilidade civil	20.000	20.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	151.909	154.843
Transportes	4.517	3.000
D&O - responsabilidade civil	120.000	90.000
Despesas fixas - Incêndio/raio/explosão/tumultos	-	-
Veículos	502	2.462
	296.928	270.305

35. Operação descontinuada

Em 15 de novembro de 2023, a Marisa Lojas firmou parceria com a Credsystem para administração do Cartão Marisa e operacionalização da totalidade de serviços ofertados no balcão Marisa. Em 1º de dezembro de 2023, foi efetivamente implementada a operação da Credsystem nas Lojas Marisa e a Credsystem passou a ser responsável com exclusividade pela promoção e oferta dos Cartões e Produtos, por meio do Balcão aos clientes que estejam devidamente habilitados para atuarem no Sistema e também por ofertar Empréstimos Pessoal aos Clientes elegíveis para tal, antes objeto social da entidade M Pagamentos e conforme estabelece o contrato. Com isso, a principal operação da M Pagamentos, que representava aproximadamente 97% de suas atividades de oferta de crédito para cliente pessoa física foi efetivamente transferida para a Credsystem. Foi estabelecido um período de transição, em que o cartão próprio *Private Label* continuou também sendo aceito nos Balcões de lojas da Marisa até 15 de janeiro de 2024.

Desta forma, sem o principal fato de geração de receita, foi iniciado o processo de “Descontinuação Operacional da M Pagamentos” junto aos órgãos reguladores, honrando todos os haveres e deveres junto às autoridades competentes, clientes e fornecedores.

Em 20 de dezembro de 2023, a M Pagamentos entrou com pedido junto ao Banco Central do Brasil, com solicitação de saída organizada do sistema financeiro e solicitação de dispensa de cumprimento de obrigações regulatórias (incluindo índices de basileia, cuja resposta encontra-se divulgada na Nota explicativa 36). Em 31 de dezembro de 2023, a M Pagamentos foi classificada como operação descontinuada, em atendimento à NBC TG 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e, assim, continua em 31 de dezembro de 2024.

Em 28 de fevereiro de 2025 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União o cancelamento da autorização para funcionamento, em decorrência da mudança do objeto social, adotando a denominação M Pagamentos S.A. (AGE de 10/02/2025).

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do exercício da M Pagamentos é apresentado a seguir:

Demonstrações do resultado do exercício	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	29.102	218.226
Despesas	(83.564)	(312.343)
Prejuízo	(54.552)	(94.117)
Custos financeiros	(1.764)	(4.903)
Prejuízo antes dos tributos proveniente da operação descontinuada	(56.316)	(99.020)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(70.745)
Prejuízo proveniente da operação descontinuada	(56.316)	(169.765)

As principais classes de ativos e passivos da M Pagamentos, são:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	49.902	103.177
Contas a receber de clientes (i)	160	345.910
Impostos a recuperar	18.722	25.492
Outros créditos	5.696	26.266
	74.480	500.845
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	48.221	430.429
Partes relacionadas (iii)	-	4.799
Outras obrigações	17.197	20.238
	65.418	455.466
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo	9.062	45.378

- (i) Em 17 agosto de 2023 a controlada M PAGAMENTOS realizou uma operação junto ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II referente à cessão de recebíveis de operações de cartão de crédito e crédito pessoal com faixas de inadimplência superiores a 180 dias de atraso, resultando numa redução das respectivas posições de carteira, bem como, reversão no provisionamento de perdas destas operações. O saldo de operações de crédito está reduzido de provisão para perdas de créditos esperadas de R\$62.659 em 31 de dezembro 2024.
- (ii) Refere-se a recursos financeiros captados por meio da emissão de CDBs - Certificados de Depósito Bancário pelas instituições XP, Vitreo, Itaú, BTG e Genial, com prazo de dois e três anos, remuneração de juros pós fixado de 117% a 134% do CDI e juros pré-fixado de 6,27% a.a. a 9,80% a.a., para vencimento em dois anos, e juros pós fixado de 120% a 138% do CDI e juros pré-fixado de 8% a 10,85% a.a., para vencimento em três anos.
- (iii) Refere-se a saldos com a parte relacionada de operações de cartões de créditos e repasse de seguros entre M Pagamentos e M Serviços, as quais a Companhia optou por apresentar, de forma desagregada para melhor entendimento do leitor nas demonstrações financeiras consolidadas. Vale ressaltar que tais saldos tiveram seus efeitos neutralizados e portanto as receitas e despesas e/ou ativos e passivos se eliminam nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, não gerando ganhos ou perdas.

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pela M pagamentos são:

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais	(73.512)	(131.838)
Atividades de investimentos	238	35.090
Atividades de financiamentos	20.000	77.430
Caixa líquido gerado (consumido)	(53.274)	(19.318)

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Eventos subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2025 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União o cancelamento da autorização para funcionamento, em decorrência da mudança do objeto social, adotando a denominação M Pagamentos S.A. (AGE de 10/02/2025).

marisa

**RELATÓRIO ANUAL
E PARECER DO
COMITÊ
ESTATUTÁRIO
DE AUDITORIA E
RISCOS**





RUA JAMES HOLLAND, 422 – BARRA FUNDA
01138-000 – SÃO PAULO – SP – BRASIL
+55 11 2109 6000
WWW.MARISA.COM.BR

MARISA LOJAS S.A.
NIRE 35.300.374.801
CNPJ/MF nº 61.189.288/0001-89
Companhia Aberta

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE AUDITORIA E RISCOS DA MARISA LOJAS S.A E CONTROLADAS EXERCÍCIO 2024

Sobre o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CEAR ou Comitê”) é um órgão consultivo estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Marisa Lojas S.A. e Controladas (“Companhia”), constituído em consonância com a Instrução CVM no. 23, de 2021, a Resolução CMN no. 4.910, de 2021, e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei no. 6.404, de 1976.

O Comitê funciona em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e com o seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de abril de 2019, conforme alterado em 16 de junho de 2023, de forma permanente e independente, com a finalidade de assessorar o Conselho de Administração: (i) na avaliação e integridade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, do relatório da administração e do relatório do auditor independente; (ii) na avaliação da efetividade e suficiência do sistema de controles internos e da gestão de riscos e *compliance*; (iii) na avaliação da efetividade da Auditoria Contábil Independente e da Auditoria Interna, a sua independência, qualidade dos serviços prestados, e, sua adequação às necessidades da Companhia, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Marisa Lojas S.A, além de regulamentos e políticas internas; e (iv) na avaliação quanto aos canais de comunicação de denúncia, a estrutura, procedimentos e controles para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos, bem como as normas internas aplicáveis à Companhia, verificando a existência e efetividade de procedimentos específicos para proteção do prestador de informações e confidencialidade da informação recebida e avaliando-se quanto a permissão de acesso irrestrito, público interno e/ou externo

O Comitê teve em sua composição, 03 (três) membros independentes, dentre eles, um membro do Conselho de Administração, sendo um membro, Coordenador do Comitê, especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado (B3) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Administração da Marisa Lojas S.A.

A Administração é responsável:

- pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e do Banco Central do Brasil (Bacen);



RUA JAMES HOLLAND, 422 – BARRA FUNDA
01138-000 – SÃO PAULO – SP – BRASIL
+55 11 2109 6000
WWW.MARISA.COM.BR

- pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, manutenção de sistema de controles internos efetivo, e por zelar pela conformidade das atividades, em atendimento às normas internas e às normas legais e regulamentares;
- pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

Auditoria Independente

A ERNST & YOUNG Auditores foi responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras (Fs), individuais e consolidadas, da Marisa Lojas S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em junho de 2024, a BDO RCS Auditores Independentes foi contratada, em substituição à ERNST & YOUNG Auditores, e revisou as Informações Financeiras Intermediárias (ITR) da Companhia a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2024 e executou a auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração é supervisionada pelo Comitê, e desenvolve suas funções de forma ampla e independente, realizando seus trabalhos com base em um planejamento anual, aprovado previamente pelo Comitê, abrangendo, prioritariamente todas as operações e unidades relevantes da Companhia.

Resumo das Atividades do Comitê de Auditoria em 2024

No período de 23 de janeiro a 02 de dezembro de 2024, o Comitê reuniu-se em 20 (vinte) sessões, sendo 10 (dez) ordinárias e 10 (dez) extraordinárias, participando de 80 (oitenta) reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração; Secretaria de Governança; Diretor Presidente (CEO); Executivos das áreas de Negócios; Diretores Executivos Financeiros e de Controladoria, Jurídico, *Compliance* e Canal de Denúncias, DPO, Recursos Humanos, Gestão de Riscos e Controles Internos, Tecnologia da Informação, Tecnologia da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance; Auditoria Interna e Auditoria Externa Independente, além de empresas de consultoria, ocasiões onde o Comitê recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e estabelecidas pelo Comitê. Adicionalmente, o Comitê esteve presente em 05 (cinco) Assembleias de Acionistas.

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacamos as seguintes:

1. Aprovação e acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna da Marisa Lojas e principais controladas (M Pagamentos S.A - Crédito, Financiamento e Investimento, e M Serviços Ltda.), para 2024, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e recomendações, como também as providências tomadas pela Administração. Monitoramento dos planos de ações, que se encontravam em execução, elaborados pelas áreas operacionais da Companhia, em resposta aos pontos identificados pela auditoria interna, e estabelecidos a partir da Carta de Controles Internos dos auditores externos independentes. Considerando o volume considerável de pontos de auditoria em aberto e recorrentes, o CEAR emitiu diversas recomendações à Administração com

- objetivo de promover uma atuação mais efetiva e tempestiva dos gestores no tratamento e saneamento dos pontos de auditoria e implementação dos planos de ações. Adicionalmente, foram criados grupos de trabalho com o objetivo específico de revisar e baixar os pontos de auditoria, o que surtiu resultados positivos durante o exercício. No que tange à estrutura da área de auditoria interna, o CEAR acompanhou o processo de admissão de novos auditores, que reforçaram o quadro, no decorrer do exercício, a substituição do gerente responsável pela auditoria interna, bem como a gestão do contrato de terceirização de parte dos serviços junto a empresa Grant Thornton;
2. Discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento, avaliação e aprovação do planejamento dos trabalhos para o exercício de 2024, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia, sua qualificação e independência, revisão dos serviços contratados. O Comitê atuou proativamente no processo de substituição dos auditores externos, desde a seleção das empresas, entrevistas, avaliações, e recomendação, sobre a contratação ao Conselho de Administração. Adicionalmente, participou das reuniões de saída e entrada dos auditores, respectivamente;
 3. O CEAR reuniu-se, periodicamente, com as áreas responsáveis pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*, objetivando avaliar a efetividade dos controles internos, dos processos e das estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia e suas coligadas e/ou controladas, e assegurar a existência de critérios para avaliação, mapeamento e classificação de riscos, e a sua aplicação de forma eficaz. Considerando o processo de reestruturação ocorrido na Companhia, desde o início do exercício de 2023, e, que, continuou em 2024, com o encerramento de lojas, redução do quadro laboral, redução de níveis de gerência, estabelecimento de novas parcerias, entre outras, o CEAR discutiu, em algumas ocasiões, as fragilidades do ambiente de controle da Companhia e a efetividade do seu sistema de controles internos, recomendando ao Conselho de Administração o fortalecimento do ambiente por meio de conscientização e treinamento dos gestores, e da estabilização da estrutura e dos processos das áreas que compõem a segunda linha, reformulando a estrutura de *compliance* de fornecedores e aperfeiçoando os processos, inclusive com o uso de ferramenta tecnológica adequada. A Administração deu continuidade ao projeto multidisciplinar, iniciado em 2023, com a participação da primeira e segunda linha, com objetivos de aperfeiçoar os processos geradores de informações para a contabilização das operações, bem como os processos de conciliações contábeis e os controles inerentes a esses processos. Adicionalmente, com o auxílio de uma consultoria externa, que, inicialmente, diagnosticou dez (10) processos operacionais com maior risco para a Companhia, redesenhou esses processos, com foco em produtividade, e, principalmente, com objetivo de fortalecer os controles necessários ao seu bom funcionamento;
 4. Acompanhamento da exposição a riscos da Companhia, da atualização da matriz de riscos corporativos, incluindo os riscos estratégicos, e dos procedimentos utilizados para gestão desses riscos. O CEAR discutiu por diversas vezes, durante o exercício, sobre a necessidade de alterações na Política de Gestão de Riscos da Companhia, no que tange, especialmente, à assunção de alguns riscos operacionais, formalizada por “Carta de Aceitação de Risco”, e assinada, de acordo com o plano de alçadas, pelo gestor responsável pelo risco, e recomendou ao Conselho de Administração a não utilização das cartas de riscos, mas a elaboração e implementação de planos de ação que mitiguem ou reduzam os riscos;
 5. Acompanhamento da adoção de políticas, planejamento e realização de treinamento e práticas de *compliance* e sua aderência à regulamentação vigente. Durante as reuniões que manteve com a área de *Compliance*, no decorrer do exercício, tomou conhecimento da atualização do programa de conformidade, bem como monitorou os principais indicadores aferidos, periodicamente pela área, tais como: *covenants* financeiros e não financeiros; *rating* de contrapartes e emissores; indicadores definidos na política financeira; títulos protestados, comunicados ao mercado, entre outros. Em razão da situação de reestruturação pela qual passou e ainda passa a Companhia, alguns *covenants*

- foram quebrados, entretanto foi verificada pelo Comitê a obtenção de *waivers* junto às contrapartes, e onde não houve *waiver*, a obrigação foi reclassificada para o curto prazo;
6. Acompanhamento dos processos de *compliance* às normas do Bacen – Banco Central do Brasil, mediante reuniões com a Diretoria Executiva Financeira, Jurídico, Auditores Internos e Externos, e verificação dos indicadores de Basiléia, PDD, entre outros;
 7. Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores e auditores externos independentes;
 8. Avaliação e monitoramento, juntamente com a administração e os auditores externos independentes, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações;
 9. Acompanhamento das decisões da Companhia com relação aos investimentos e projetos de tecnologia da informação, especialmente, em relação à segurança de dados, segurança operacional, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e plano de resposta a ataques cibernéticos. O CEAR apontou à Administração a necessidade de reforçar e aprimorar os controles, as ferramentas e os processos para a prevenção, o combate e a reação aos ataques cibernéticos. No que tange ao Plano de Continuidade de Negócios – PCN, o CEAR acompanhou a realização de testes efetuados durante o exercício para os possíveis eventos e maiores fatores de riscos;
 10. Acompanhamento das atividades das áreas corporativas, tributária, jurídica e legal, especialmente, com relação aos processos judiciais, ativos e passivos, créditos tributários, em andamento e encerrados, parcelamentos, bem como as estimativas efetuadas com base nos prognósticos de advogados internos e externos, e o seu reconhecimento na contabilidade;
 11. Revisão da atualização do “Formulário de Referência” divulgado ao mercado, no âmbito de atuação do Comitê;
 12. Revisão das políticas encaminhadas para aprovação do Conselho de Administração, no âmbito de atuação do Comitê;
 13. Acompanhamento da movimentação e indicadores do canal de denúncias. No que tange às denúncias que envolvem a Administração, o coordenador do Comitê recebeu, diretamente, e fez uma primeira análise das denúncias, e encaminhou para o tratamento e apuração de sua procedência, acompanhando o desenrolar do processo até a sua finalização, que, eventualmente, envolveu o Comitê de Ética da Companhia e suas respectivas decisões.
 14. Durante o exercício de 2024 a Companhia sofreu ataques cibernéticos que, prontamente, foram identificados e enfrentados pela Administração com a participação do DPO, consultorias e escritórios especializados, e o monitoramento do Comitê. Até a presente data, a Companhia não tem conhecimento de consequências e ou prejuízos causados por esses ataques.
 15. O Comitê acompanhou, durante o ano de 2024, o processo de solicitação feito pela Companhia ao Banco Central do Brasil, para o cancelamento da autorização de funcionamento da M Pagamentos S.A, Crédito, Financiamento e Investimento, empresa controlada indireta da Marisa Lojas S.A, em decorrência da mudança do seu objeto social que resulta na sua descaracterização como sociedade integrante do Sistema Financeiro Nacional. O pleito foi deferido pelo Bacen em comunicação de 25 de fevereiro de 2025, e publicado no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2025, constando nas DFs como evento subsequente relevante.

Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes

Durante o exercício, o Comitê reuniu-se com a EY, para discussão das Informações Financeiras Intermediárias relativas ao 1º trimestre (ITRs), e com a BDO para discussão das Informações Financeiras Intermediárias relativas ao 2º, 3º, e 4º trimestres (ITRs) de 2024 e auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de

dezembro de 2024 (DFs), da Marisa Lojas S.A, recomendando, tempestivamente, sua apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras e os trabalhos da auditoria externa independente, em relação ao 4º trimestre e encerramento do exercício, que resultou na publicação das DFs no prazo regulamentar. Nesse período, o Comitê reuniu-se, ordinária e extraordinariamente, com a Administração e com os auditores.

Por fim, o Comitê reuniu-se em 24 de março de 2025, com os auditores independentes da BDO, e, no dia 31 de março tomou conhecimento do seu parecer, referente às DFs do exercício findo em 31/12/2024, o qual refletiu uma ressalva e uma ênfase sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:

- A base para a ressalva refere-se à provisão para contingências não registrada na Controlada Indireta M Serviços Ltda, relativa aos processos judiciais e administrativos da controlada indireta M Serviços (anteriormente denominada M Cartões), conforme divulgado na nota explicativa 20.4, em que se pretende a anulação de autos de infração, com alegações de omissão de receita tributável nos exercícios de 2011, 2012 e 2015 para a cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social, os quais não foram registrados em razão da avaliação da Administração e de advogados tributaristas de dois escritórios contratados pela Companhia, de que a probabilidade de perda é possível. Em 14 de setembro de 2022 e em 17 de maio de 2023, a M Serviços foi notificada das decisões desfavoráveis com relação aos autos de infração dos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente. No entendimento dos auditores, caso as referidas decisões desfavoráveis tivessem sido avaliadas com base nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 22/IFRIC23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a probabilidade de perda deveria ser classificada como provável e, então uma provisão deveria ser reconhecida para se adequar às práticas contábeis referidas pelo IAS 37 / CPC 25. Conseqüentemente, nas demonstrações contábeis da controladora, o saldo de investimentos, o total do ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$195.636 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154.710 mil em 31 de dezembro de 2023), e o prejuízo do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 40.926 mil (prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estava subavaliado em R\$ 17.847 mil), e nas demonstrações contábeis consolidadas, o total do passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$195.636 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 154.710 mil em 31 de dezembro de 2023), e o prejuízo do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 40.926 mil (prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estava subavaliado em R\$ 17.847 mil).

De acordo com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não provisiona valores relacionados a Processos Tributários cujo prognóstico jurídico é dado como “Possível”. No caso específico dos processos acima citados, onde houve sentença improcedente, em sede de primeira instância, manteve-se a decisão da Companhia de não realizar provisão, lastreada pelos pareceres emitidos por dois renomados escritórios independentes de advocacia (Mattos Filho Advogados e Emsenhuber Advogados Associados), os quais confirmam o prognóstico de perda como “Possível”. O Comitê acompanha, tempestivamente, por meio de reuniões e informações recebidas da área Jurídica, o desenvolvimento dos processos judiciais em que a Companhia e suas controladas estão envolvidas, e mantém o Conselho de Administração atualizado a esse respeito.



RUA JAMES HOLLAND, 422 – BARRA FUNDA
01138-000 – SÃO PAULO – SP – BRASIL
+55 11 2109 6000
WWW.MARISA.COM.BR

Os auditores apontam ainda, com ênfase, uma incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, chamando a atenção para a nota explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 315.784 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 333.717 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 308.378 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. Entretanto, conforme divulgado nesta mesma nota explicativa nº 3.1, a Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia. Ainda, segundo os auditores, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Importante salientar que a opinião e ênfase dos auditores sobre esse assunto não contém ressalva. O Comitê acompanha, mensalmente, por meio de reuniões e informações recebidas da área Contábil e Financeira, os resultados econômicos e financeiros realizados, comparativamente aos orçados, e analisa os comentários e justificativas da Administração a respeito das variações identificadas, bem como dos planos de ação em andamento.

Após a apresentação e questionamentos feitos junto aos auditores, o Comitê deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados, com relação às demonstrações financeiras da Marisa Lojas S.A., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Comitê reconhece que os assuntos relevantes e impactantes, em especial no acompanhamento das Demonstrações Financeiras, foram informados e discutidos com a Administração, incluindo a avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, resguardando os critérios e procedimentos adotados anteriormente.

As reuniões do Comitê de Auditoria e Riscos foram devidamente formalizadas em Atas, contendo os temas examinados e debatidos, e as recomendações formuladas, e assinadas pelos seus membros.

Foram relatados, resumidamente, nas reuniões do Conselho de Administração, os principais temas tratados, as atividades, e as recomendações do Comitê dirigidas às diversas áreas da Companhia, bem como os resultados dos monitoramentos dos trabalhos dos auditores internos e dos auditores externos independentes.

Conclusão

Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Marisa Lojas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, que contém ressalva e ênfase sobre incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, mencionadas nesse relatório, e do relatório anual da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores da BDO RCS Auditores Independentes, recomendam ao Conselho de Administração, a aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024.



RUA JAMES HOLLAND, 422 – BARRA FUNDA
01138-000 – SÃO PAULO – SP – BRASIL
+55 11 2109 6000
WWW.MARISA.COM.BR

São Paulo, 31 de março de 2024

Assinaturas:

Sr. Sergio Moreno – Coordenador

Sr. Adriana Caetano

Sr. Geraldo Luciano Mattos Junior

Sergio Moreno

Adriana Caetano

Geraldo Luciano Mattos Junior

Esta página é parte integrante do Relatório Anual e Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos da Marisa Lojas S.A - Exercício 2024.